

EXEMPLAR ÚNICO



DIÁRIO

República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLIX - Nº 63

SÁBADO, 11 DE JUNHO DE 1994

BRASÍLIA - DF

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Humberto Lucena, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 23, DE 1994

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Televisão Verdes Mares Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Recife, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 68, de 22 de junho de 1992, do Ministro de Estado dos Transportes e das Comunicações, que renova, por dez anos, a permissão outorgada à Publisom Indústria e Comércio Ltda., posteriormente transferida à Televisão Verdes Mares Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Recife, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.
Senado Federal, 9 de junho de 1994. – Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Humberto Lucena, Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 41, DE 1994

Autoriza o Governo do Estado de Goiás a elevar o limite fixado no art. 4º, II, da Resolução nº 11, de 1994, do Senado Federal, e a emitir, mediante ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Goiás – LFTGO, destinadas ao giro de sua dívida mobiliária vencível no primeiro semestre de 1994.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Governo do Estado de Goiás, nos termos da Resolução nº 11, de 1994, do Senado Federal, autorizado a elevar, temporariamente, o limite fixado no art. 4º, II, da citada Resolução, com vistas a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Goiás – LFTGO, destinadas ao giro de sua dívida mobiliária vencível no primeiro semestre de 1994.

EXEMPLAR ÚNICO

EXPEDIENTE
Centro Gráfico do Senado Federal

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
LUIZ AUGUSTO DA PAZ JÚNIOR
Diretor Administrativo
LUIZ CARLOS BASTOS
Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
Diretor Adjunto
DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS
Semestral _____ 23,53 URV

Art. 2º A emissão deverá ser realizada nas seguintes condições:

- a) **quantidade:** a ser definida na data de resgate dos títulos a serem substituídos, atualizados nos termos do § 6º do art. 15 da Resolução nº 11, de 1994;
- b) **modalidade:** nominativa-transferível;
- c) **rendimentos:** igual ao das Letras Financeiras do Tesouro – LFT, criadas pelo Decreto-Lei nº 2.376, de 25 de novembro de 1987;
- d) **prazo:** de até um mil, quatrocentos e sessenta e um dias;
- e) **valor nominal:** Cr\$ 1,00 (um cruzeiro real);
- f) **características dos títulos a serem substituídos:**

Título	Vencimento	Quantidade
651460	15-3-94	1.956.000.000

g) **previsão de colocação e vencimento dos títulos a serem emitidos:**

Colocação	Vencimento	Título	Data-Base
15-3-94	15-3-98	651461	15-3-94

h) **forma de colocação:** mediante ofertas públicas, nos termos da Resolução nº 565, de 20 de setembro de 1979, do Banco Central do Brasil;

i) **autorização legislativa:** Leis nº 10.908, de 14 de julho de 1989, e nº 11.069, de 15 de dezembro de 1989.

Art. 3º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo de duzentos e setenta dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Resolução nº 24, de 1994, do Senado Federal.

Senado Federal, 9 de junho de 1994. – Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

SUMÁRIO

1 – ATA DA 60ª SESSÃO, EM 10 DE JUNHO DE 1994

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Requerimento

– Nº 443, de 1994, de autoria do Senador Reginaldo Duarte, solicitando que sejam considerados, como licença autorizada, os dias 1º e 6 de junho do corrente ano. **Votação adiada por falta de quorum.**

1.2.2 – Ofício

– Nº 370/94, da Liderança do PPR, na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

1.2.3 – Comunicações da Presidência

– Edição, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 523, de 7 de junho de 1994, que concede novo prazo para conclusão do inventário do Instituto Nacional de Assistência

Médica da Previdência Social – INAMPS, extinto pela Lei nº 8.689, de 27 de julho de 1993; designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a sua tramitação.

– Edição, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 524, de 7 de junho de 1994, que estabelece regras para a conversão das mensalidades escolares nos estabelecimentos particulares de ensino em Unidade Real de Valor – URV, e dá outras providências; designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a sua tramitação.

1.2.4 – Discursos do Expediente

SENADOR NEY MARANHÃO – Preocupações de S.Exa. com a governabilidade do País, em face da possível vitória do candidato do PT, Sr. Luiz Inácio Lula da Silva. Insatisfação dos militares com os baixos soldos e com as condições precárias de trabalho.

SENADOR MARCO MACIEL – Considerações acerca da posição a ser adotada pelo Governo brasileiro na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, promovida pela

ONU, no Cairo, dias 5 a 13 de setembro próximo. Transcrição da Mensagem do Papa João Paulo II a Sra. Nafis Sadik, Secretária da Conferência, advertindo para a cultura da morte.

1.2.5 – Comunicação da Presidência

– Dispensa da Ordem do Dia da presente sessão, nos termos do art. 174 do Regimento Interno.

1.2.6 – Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – ATO DO PRESIDENTE

Nº 223, de 1994

3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 63 e 64, de 1994

4 – ATA DE REUNIÃO

5 – MESA DIRETORA

6 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 60ª Sessão, em 10 de junho de 1994

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

Presidência dos Srs. José Richa e Jonas Pinheiro

ÀS 9 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Albano Franco – Alexandre Costa – Dirceu Carneiro – Epitácio Cafeteira – José Eduardo – José Richa – Marco Maciel – Mauro Benevides – Ney Maranhão – Reginaldo Duarte.

O SR. PRESIDENTE (José Richa) – A lista de presença acusa o comparecimento de 10 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 443, DE 1994

Senhor Presidente,

Nos termos do Art. 13, § 1º, do Regimento Interno, requerio sejam considerados como licença autorizada os dias 1º e 6 de junho do corrente ano, em que estive ausente dos trabalhos desta Casa, para tratar de assuntos político-partidários em meu Estado.

Sala das Sessões, 9 de junho de 1994.

Senador **Reginaldo Duarte**.

O SR. PRESIDENTE (José Richa) – A votação do requerimento fica adiada por falta de **quorum**.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

Liderança do PPR

Of. nº 370/94

Brasília, 7 de junho de 1994.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista Reformador – PPR, o Deputado Paulo Mourão para ocupar a vaga de titular em substituição ao Deputado Hugo Biehl, que passará a suplente na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Atenciosamente,

Deputado **Marcelino Romano Machado**, Líder do PPR.

O SR. PRESIDENTE (José Richa) – Será feita a substituição solicitada.

O Senhor Presidente da República editou a Medida Provisória nº 523, de 7 de junho de 1994, que concede novo prazo para conclusão do inventário do Instituto Nacional de Assistência Médica e da Previdência Social – INAMPS, extinto pela Lei nº 8.689, de 27 de julho de 1993.

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a comissão mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
	PMDB
1. César Dias	1. Wilson Martins
2. Márcio Lacerda	2. Amir Lando
	PFL
3. Hugo Napoleão	3. Alexandre Costa
	PPR
4. Levy Dias	4. Hydekél Freitas
	PSDB
5. Almir Gabriel	5. Maurício Corrêa
	PT
6. Eduardo Suplicy	6.
	PMN
7. Francisco Rollemberg	7.

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
	BLOCO
1. Ivânio Guerra	1. Luiz Moreira

	PMDB		PPR
2. Euler Ribeiro	2. Olavo Calheiros	3. Armando Pinheiro	3. Arno Magarinos
	PPR		PSDB
2. Arnaldo Faria de Sá	3. João Tota	4. Ubiratan Aguiar	4. Osmânio Pereira
	PSDB		PP
4. Geraldo Alckmin Filho	4. Antônio Faleiros	5. Raul Belém	5. Benedito Domingos
	PP		PDT
5. Raul Belém	5. Benedito Domingos	6. Carlos Lupi	6. Messias Soares
	PDT		PT
6. Liberato Caboclo	6. Cidinha Campos	7. José Fortunati	7. Chico Vigilante
	PMN		
7. Jerônimo Reis	7. Nilson Gibson		

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 10-6-94 – Cidinha Campos
Dia 13-6-94 – instalação da comissão mista;
Até 13-6-94 – prazo para recebimento de emendas. Prazo para a comissão mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;
Até 23-6-94 – prazo final da comissão mista;
Até 7-7-94 – prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (José Richa) – O Senhor Presidente da República editou a **Medida Provisória nº 524**, de 7 de junho de 1994, que estabelece regras para a conversão das mensalidades escolares nos estabelecimentos particulares de ensino em Unidade Real de Valor (URV), e dá outras providências.

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a comissão mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

Dia-10-6-94 – designação da comissão mista;
Dia-13-6-94 – instalação da comissão mista;
Até 13-6-94 – prazo para recebimento de emendas. Prazo para a comissão mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;
Até 23-6-94 – prazo final da comissão mista;
Até 7-7-94 – prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (José Richa) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Maranhão, primeiro orador inscrito.

O SR. NEY MARANHÃO (PRN-PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, com a responsabilidade de 40 anos de vida pública, ocupo a tribuna do Senado Federal para afirmar à Nação, principalmente às elites políticas e empresariais, que as Forças Armadas garantirão o processo democrático, qualquer que seja o resultado das eleições.

Faço esta afirmativa para alertar à classe política dos riscos que corre o Brasil com a eventual vitória do candidato do PT, o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva. Não pela ruptura do processo democrático, mas pela ruptura do contrato social, via medidas provisórias e pelo cerco do Congresso Nacional pelos representantes da "República da CUT", braço aguerrido do PT.

Hoje, fora do Governo, a CUT pára o País com greves políticas. Imaginem os "sem-terra" com o Lula no poder. Imaginem as corporações estatais sendo dirigidas diretamente pela CUT/PT.

Sr. Presidente, a classe política não soube corresponder aos anseios da população. Negou, até agora, as reformas do texto constitucional que criariam as condições ideais para fazer com que o Brasil rompesse os gargalos que o mantém no atraso e no subdesenvolvimento. Ainda é tempo.

Como um dos exemplos mais marcantes da cegueira das elites políticas, citamos a não deliberação favorável aos capitais estrangeiros de risco, que poderiam criar riqueza e emprego para nossa gente e afastar os xixis do PT, que não querem a prosperidade do País, a fim de empalmarem o poder na insatisfação.

Compreenderíamos tal decisão do Congresso Revisor se o País tivesse poupança necessária para investir na saúde, na educação, na segurança e ainda sobrasse para invenções na ciência, tecnologia e setores de alta densidade de capital.

Ao contrário, o Brasil é carente de capital e, em função de uma política econômica errada que adotou a incorporação da poupança externa através de capitais de empréstimo, sofremos uma sangria anual de 5% do PIB, só para pagar os escorchantes juros praticados, girando em torno de 20 bilhões de dólares.

Conseqüentemente, o contrato social brasileiro está prestes a ruir. O Governo que deveria dar segurança pública contra o crime, o Governo que deveria criar mecanismo contra as dificuldades

SENADORES		
Titulares		Suplentes
	PMDB	
1. João Calmon	1. Antonio Mariz	
2. Amir Lando	2. Gilberto Miranda	
	PFL	
3. Hugo Napoleão	3. Júlio Campos	
	PPR	
4. Jarbas Passarinho	4. Carlos Alberto De'Carli	
	PSDB	
5. Mário Covas	5. Almir Gabriel	
	PRN	
6. Ney Maranhão	6. Aureo Mello	
	PDT	
7. Magno Bacelar	7. Darcy Ribeiro	
DEPUTADOS		
Titulares		Suplentes
	BLOCO	
1. Paes Landim	1. Ângelo Magalhães	
	PMDB	
2. João Henrique	2. Valter Pereira	

econômicas as aumenta. As corporações estatais e sindicais dominam o cenário político e ganham com o dinheiro dos contribuintes altos salários.

O sonho individual de encontrar a felicidade pessoal nesta vida está relegado ao esquecimento das terríveis dificuldades do dia-a-dia da atual quadra. A classe política não se mobiliza para atenuá-las e não tem coragem para diminuir o tamanho do Estado, dominado integralmente pelas falanges do PT/CUT.

Por isso, o PT e alguns partidos de esquerda são radicalmente contra qualquer mudança na legislação que propicia a criação de renda e emprego, já que isso não rende votos para eles. Quanto pior, melhor para os partidos o abismo.

O que mais me chama a atenção é o imobilismo das elites dirigentes e o seu caminhar resignado para o cadafalso que está sendo construído pela omissão, covardia e falta de patriotismo.

Sr. Presidente, outra grave preocupação é a situação vexatória em que se encontram as nossas Forças Armadas.

Como se não bastasse o esfacelamento das áreas de saúde, de previdência social, as elites dirigentes não se sensibilizaram para as péssimas condições a que estão submetidas as instituições que consagram as suas vidas para defender a nossa Pátria, garantir as instituições, a lei e a ordem.

Estou convicto de que as elites brasileiras se arrependerão amargamente pela miopia do imobilismo e pelo pouco caso com que vêm tratando as nossas Forças Armadas.

O descontentamento da tropa não diz respeito tão somente aos baixíssimos salários, como também devido às péssimas condições de trabalho atuais.

Apesar de nunca ter sido uma categoria privilegiada em termos salariais, nem mesmo durante os governos militares, os integrantes de nossas três armas sempre puderam sustentar as suas famílias com dignidade.

Abro parêntesis, neste meu pronunciamento, Sr. Presidente, para um comentário.

Há um adágio popular do Nordeste que diz: "Conselho é como rapé, toma quem quer"; e as elites dirigentes deste País não o têm ouvido. Digo isso para chamar a atenção para uma nota publicada no *Correio Braziliense* de hoje. Leio-a, pedindo seja transcrita nos Anais do Senado, para que futuramente não se diga que este Senador não alertou para isso e porque tenho certeza que verei novamente essas elites dirigentes que não tomaram essas medidas.

Diz a nota:

Baixos salários aumentam crise entre militares

A questão salarial se agrava no meio militar. Pesquisa comprova que 74% dos oficiais das tropas de elite da Marinha precisam completar a renda mensal para sobreviverem.

Como, Sr. Presidente? Os oficiais não podem fazer "bico", suas mulheres não podem trabalhar, porque na hora em que são transferidos para outro Estado elas têm que deixar seus empregos. Só não vê isso quem é cego.

No Exército, a insatisfação com os soldos já provocou quebra de hierarquia, em consequência da qual foram punidos 120 oficiais nos últimos dois anos.

E mais, Sr. Presidente:

Um alto índice de insatisfação e de falta de motivação pela carreira militar foi constatado por pesquisa realizada pela Marinha entre oficiais e praças de sua tropa de elite sediada no Rio. De acordo com a pesquisa, 54% dos oficiais e 77% das praças não têm interesse em continuar a carreira militar. A defasagem salarial é apontada como a principal causa. Em média, 83% do soldo são gastos em alimentação, moradia, transporte e educação. Para o resto sobram apenas 17%.

A pesquisa, envolvendo um universo de 20% do total de 6.141 integrantes da Força de Fuzileiros Navais, constatou que 74% dos oficiais e 88% das praças necessitam, para sobreviver, da complementação de renda de seus dependentes, de empréstimos, rendimentos de poupança ou de trabalhar em atividades civis.

O que, de acordo com o regulamento da tropa, é proibido.

Estas formas garantem o aumento nos rendimentos mensais dos fuzileiros, mas não evitam que, muitas vezes, fiquem sem recursos para saldar seus compromissos com credores. Entre os trabalhos mais procurados na área civil, a pesquisa aponta as funções de garçon, segurança em festas, camelô, feirante e mecânico.

Veja, Sr. Presidente, a que ponto chegaram nossos representantes nas Forças Armadas.

Não preciso dizer mais nada, a imprensa está dizendo. O Governo e as elites dirigentes sabem de tudo isso que está acontecendo, e não tomam qualquer providência!

O relatório elaborado pela Marinha com base no resultado das pesquisas alerta para a possibilidade de agravamento do quadro social dos militares, assinalando que a isonomia salarial proposta entre os Três Poderes é utópica. Assinala ainda que o descontentamento com os baixos soldos cresceu com a informação de que ascensoristas do Congresso Nacional recebem vencimentos maiores do que os de pilotos da FAB.

Sr. Presidente, não é a primeira, nem a segunda e nem a terceira vez que venho a esta tribuna para alertar sobre isso. Inclusive, quando discutimos a isonomia salarial, eu disse que o cobertor está curto: quando cobrimos a cabeça temos frio nos pés, e vice-versa.

A Nação brasileira gastou uma fortuna com os membros das Forças Armadas, para que defendessem o nosso território, a nossa Pátria. E tenho certeza de que nas nossas fronteiras falta até mesmo combustível para abastecer os tanques dos veículos, que estão secos, com teias de aranha dentro. É a verdade nua e crua. Tenho alertado sobre isso várias vezes aqui da tribuna no Senado.

A nota do *Correio Braziliense* de hoje traz a foto do Almirante Arnaldo Leite, que defende os salários dos militares, e tem como título:

Insatisfação de militar com salário promove rompimento da hierarquia.

Sr. Presidente, rompimento de hierarquia na área civil não tem qualquer importância. Temos vários exemplos disso, não só no Congresso brasileiro, mas também nos de outras nações. Recentemente, no país que tenho a honra de representar, lutando por um maior intercâmbio comercial – Formosa, a República da China –, o Congresso foi às vias de fato. Na Itália, quebram-se até as bancadas. Na área civil, isso é normal, num regime democrático.

No entanto, na área militar não se pode quebrar a hierarquia, pois esta é a espinha dorsal da força militar em qualquer país do mundo. Diz a nota do jornal:

Os baixos salários pagos aos militares vêm provocando crescente quebra na hierarquia, com punições disciplinares que já atingem, nos últimos dois anos, 120 oficiais, principalmente dos postos de capitão e major, no Exército.

Alertamos para o fato de que esses são postos do comando de tropa.

A informação foi prestada ontem por um capitão ameaçado de punição, por ter indagado de maneira irônica ao seu comandante se o Ministro Zenildo Lucena estava realmente preocupado com o problema dos salários da tropa.

Sabemos, Sr. Presidente, que ninguém está mais preocupado com isso do que os altos Chefes Militares de nossas tropas e os Ministros do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, que por diversas vezes têm se reunido com a Presidência da República, com

as elites e com este Congresso. E não foi tomada qualquer providência. A situação está a cada dia mais grave.

Continua a nota, dizendo:

Levantamento sócio-econômico feito em várias regiões militares, encomendado pelo próprio Ministro Zenildo Lucena, mostra que o problema é grave. Depois de relatar inúmeras situações, inclusive quadros de despesas de oficiais e praças, conclui: "O nível de insatisfação é muito grande e a situação está tornando-se insuportável.

Sr. Presidente, as nossas Forças Armadas, que são uma escola de civismo, do Oiapoque ao Chuí, convocam nossos "pracinhas" para servi-las – uso esse termo porque me lembro dos que nos defenderam contra o nazi-fascismo, na Itália. Os nossos recrutas deveriam ficar, pelo menos, um ano na tropa; chegam com a "casca grossa", como se diz na área militar, e saem polidos, todos sabendo, no mínimo, o que é a Bandeira Nacional, sabendo o que é o respeito, porque lá ou se aprende por bem ou se aprende por mal, na dureza.

Sr. Presidente, hoje não é mais possível os nossos recrutas servirem as tropas durante um ano, onde adquirem educação, aprendem o civismo e a cidadania, porque não há dinheiro para a sua alimentação. Até onde chegamos? Isso é o fim, é o fundo do poço!

Diz ainda o jornal:

Os atos disciplinares, afirma um militar punido, ocorrem quando um oficial, ou praça, reclama do seu comandante sobre as medidas tomadas pela cúpula militar, em Brasília, em relação a aumento de salários para a categoria. Ou então, como aconteceu recentemente no Rio de Janeiro, um oficial sofreu punição disciplinar por ter dito ao comandante que não acreditava no empenho do Ministro do Exército na defesa do pleito de melhoria salarial dos militares junto às autoridades do Governo.

Isso é muito grave. Sabemos – e a tropa também o sabe – que o Ministro do Exército, militar que honra a sua farda, que honra a dignidade das nossas Forças Armadas, é um homem que tem se batido, juntamente com seus companheiros de comando e de Ministério, para reverter esse quadro. Sei o que sentem os Srs. Ministros do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, pela maneira como foram educados, acostumados a receber ordens, a fazer cumprir o regulamento, ao verem os seus subordinados agora passando necessidades.

Hoje, mais de 1.200 oficiais da Marinha moram com suas famílias ao redor de favelas. Esses oficiais vão para os quartéis preocupados com os familiares que deixaram em suas casas, em razão de problemas como o dos tóxicos, por exemplo. Isso é muito grave.

Estou alertando a Casa para essa situação, hoje, infelizmente, num momento em que este plenário está vazio. Espero que pelo menos a imprensa – jornais, revistas, rádio, televisão – deste País tome uma posição coerente com relação às coisas que estão ocorrendo. Não se pode tratar os nossos militares como fazem, às vezes, dando a entender que eles estão interferindo nas questões políticas, nas questões que dizem respeito à democracia. Eles têm interferido, sim, até hoje, mas com dignidade e segurança, a fim de garantirem o cumprimento das leis e preservarem as nossas instituições.

Continuando o meu pronunciamento, Sr. Presidente, vou repetir um adágio que existe no Nordeste e que o Senador Marco Maciel conhece muito bem. Depois que as nossas Forças Armadas entregaram o poder aos civis, elas têm dormido em cama de pó-de-mico; tomam água de barreiro – aquela água morna, salobra, que não mata a sede e aumenta o volume da barriga. E os nossos militares terminam a sua madorna, o seu descansozinho, à tarde, quan-

do têm tempo, não debaixo de um pé de coité, do nosso sertão, nem de um pé de figo, mas de um pé de cadeiro. Quando se recostam, a pontinha seca dos espinhos penetram no corpo causando apostemas.

Sr. Presidente, é dessa forma que estão sendo tratadas as nossas Forças Armadas. E como Senador da República tenho autoridade para falar, porque nunca engraxeí bota de militar. Em 1969 fui cassado pelos militares; respondi a 3 IPMs e 8 processos; passei 10 meses na cadeia e tive um traje de detento com o nº 20402, o que me orgulha também. Respondi aos IPMs, mas por ser inocente – os processos foram arquivados – em 15 dias eu estava jantando e almoçando nos refeitórios e nas cantinas dos oficiais. E a prova do que estou dizendo é que, depois de 8 anos, tenho documentos que atestam minha inocência.

Sr. Presidente, por eu ser coerente e inteiro – eu, que sou chefe da Tropa de Choque do ex-Presidente Fernando Collor, defendendo-o permanentemente, inclusive no meu Estado de Pernambuco; vou defendê-lo nas feiras e em todos os meios de comunicação – tenho em meu poder uma pesquisa que demonstra que detenho 11% das intenções de votos para Deputado Federal no meu Estado, sendo o mais votado. Pode ser que amanhã, pelas pesquisas, os números sejam outros, mas hoje eu os detenho justamente porque tenho coragem e sou inteiro. Se eu devesse alguma coisa, o PT já teria descoberto.

Há dois anos, quando eu era o Líder do Governo no Senado, desci a rampa do Palácio do Planalto com o "Emendão" do Presidente Fernando Collor pedindo o apoio do Congresso – o que foi negado; o Governo Itamar está fazendo a mesma coisa, e não o culpo – e, naquela ocasião, tive coragem de dizer algo que a maioria da classe política não teve, afirmei que a carga tributária no País era insustentável e, por isso, todo empresário sonegava. Quando afirmei isso, foi um deus-nos-acuda! Perguntaram-me se eu também sonegava. Afirmei que sim, mas disse-o como força de expressão, a fim de chamar atenção das autoridades para que baixassem a carga tributária e, assim, todos poderem pagar imposto. O meu imposto pessoal, pessoa física, está pago direitinho, bonito, tudo certo.

Naquela oportunidade, desafiei o Senador Eduardo Suplicy a uma aposta. Eu apostei o meu mandato contra o de S. Ex^a. O PT escolheria três empresas em cada Estado do Brasil e eu, a meu modo, mandaria a fiscalização. Se a fiscalização não encontrasse uma que não sonegasse, eu renunciaria ao meu mandato, e, por outro lado, se não encontrasse, S. Ex^a renunciaria ao dele. Mas como o Senador Eduardo Suplicy não é doido, não aceitou a aposta.

Hoje, tenho satisfação em dizer que o meu maior aliado é o candidato que está liderando as pesquisas: Luiz Inácio Lula da Silva. Na semana passada, em *O Globo*, na primeira página, ele afirmou que "a maioria esmagadora dos empresários sonega". E disse mais: "é preferível o empresário sonegar essa carga tributária do que fechar a sua fábrica e o empregado perder o seu emprego". Então, este Senador tinha razão. É por isso que a classe política tem que fazer uma autocrítica e corrigir o que está errado.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, vou continuar o meu pronunciamento fazendo um apelo à Nação, ao Presidente da República e às elites dirigentes, para que solucionem, de uma vez por todas, o problema das Forças Armadas. Vamos deixar de enrolar, de conversa fiada, como dizemos no Nordeste, conversa que não chega a coisa nenhuma.

Apesar de nunca ter sido uma categoria privilegiada em termos salariais, nem mesmo durante os governos militares, os integrantes de nossas Três Armas sempre puderam sustentar suas famílias com dignidade.

Hoje, qualquer auxiliar do Banco Central, da PETROBRÁS ou dirigente sindical ganha mais que um coronel, e um assessor ganha mais que um general. Repito, Sr. Presidente: hoje, qualquer auxiliar do Banco Central, da PETROBRÁS ou dirigente sindical ganha mais que um coronel, e um assessor ganha mais que um general. Todas essas categorias são sustentadas com dinheiro do contribuinte. A única diferença é que elas são peça da engrenagem política do PT e da CUT, e podem fazer grave. Os militares não podem.

Sr. Presidente, os salários estão baixos, mas os salários dos militares estão baixíssimos. A insatisfação é geral e o risco nos quartéis não pode ser desconsiderado. É inconcebível que não se encontre urgentemente uma forma de remunerar adequadamente uma das categorias mais preparadas da função pública deste País, até mesmo por sabedoria.

O Estado brasileiro, que investe grandes recursos na formação desses servidores, não deve deixá-los abandonar a carreira que abraçaram com tanto idealismo por falta de uma remuneração digna que lhes possibilite sustentar suas famílias, ou pela simples falta de recursos para o exercício de suas funções, como vem ocorrendo na Aeronáutica, com o desligamento de quase uma centena de oficiais aviadores por falta de aviões, combustível, como falei anteriormente, para o exercício regular de suas atividades.

Sr. Presidente, mesmo com todas as justificativas e discursos favoráveis, a situação das Forças Armadas ainda não mereceu uma solução que repare as gritantes injustiças e humilhações a que têm sido submetidos os nossos bravos soldados. Isso não pode existir. Não se pode pensar que um homem que veste a farda verde-oliva, a farda branca e azul da Aeronáutica exerça a atividade de garçom para sustentar sua família. As senhoras, muitas vezes, servem até em área de restaurante, fazendo limpeza. Isso é uma humilhação, Sr. Presidente. Isso não pode continuar.

Por isso, a fim de que as elites não digam que não foram avisadas, acredito que uma das primeiras medidas do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva será aquela que resolverá a precária situação das Forças Armadas. A solução desse problema será um ato de sabedoria do candidato do PT e contará com nosso apoio – aliás, V. Ex^a sabe que eu e o PRN batemos de testa. Vou me eleger Deputado Federal; a Bancada do PRN vai ser numerosa, porque o ex-Presidente da República, Fernando Collor de Mello, transfere 15% a 20% dos votos do seu eleitorado. Se eu me eleger para a Câmara dos Deputados, testarei o leite encanado – puro ou batizado – que o Sr. Luiz Inácio está prometendo ao povo brasileiro.

Só para se ter uma idéia do pouco caso com que são tratadas as nossas Forças Armadas, hoje gastamos apenas 0.3% do PIB, enquanto que 5% com pagamento de juros.

Sr. Presidente, quando falo, gosto de "matar a cobra e mostrar o pau". Portanto, apresentarei a V. Ex^a alguns dados, **GNP FOR DEFENSE (in percent)**, do exército americano. Vou lê-los. O plenário está vazio. Tenho certeza que a manhã a imprensa vai falar pouco, mas estará escrito nos Anais do Senado Federal o que neste momento vou dizer.

Sr. Presidente e Senador Marco Maciel, são 157 as nações do mundo aqui relacionadas, com os seus percentuais de gasto do PIB com as Forças Armadas. São elas:

Catar, 46.9; Iraque, 32.0; Omã, 23.3; Coreia do Norte, 22.4; Vietnã, 19.4; Nicarágua, 17.2; Israel, 16.6; Angola, 14.3; Jordânia, 13.9; Arábia Saudita, 12.8; Bulgária, 12.0; Iêmen, 12.4; Cabo Verde 12.1; Síria, 11.9; União Soviética, 11.9; Líbia, 11.1; Laos, 10.5; Guiana, 9.3; Egito, 9.2; Afeganistão, 9.1; Adis-Abeba, 9; Etiópia, 8.5; Moçambique, 8.4; Líbano, 8.2; Irã, 7.9; Namíbia, 7.7; Emirados Árabes Unidos, 7.4; Alemanha Ocidental, 7.3; Mongólia, 7.2; Marrocos, 7.1; Polônia, 6.9; Checoslováquia, 6.8; Zâmbia, 6.8; Pa-

quistão, 6.5; Estados Unidos, 6.3; Grécia, 6.2; Brunei, 5.8; Coreia do Sul, 5.8; Ilhas Seychelles, 5.6; Cuba, 5.4; Cingapura, 5.3; Gâmbô, 5.2; Hungria, 5.2; Kuwait, 5.2; Romênia, 5.2; San Marino, 0.9; Luxemburgo, 0.8; Ilhas Maurício, 0.8; Nigéria, 0.8; Zaire, 0.8; Barbados, 0.7; Níger, 0.7; Costa Rica, 0.6; Hong Kong, 0.6; México, 0.6; Bahamas, 0.5; Serra Leoa, 0.5; Brasil, 0.3; Andorra, 0.0; e Islândia, 0.0.

Note bem, Sr. Presidente, abaixo do Brasil temos somente Andorra e as Ilhas Seychelles, ou seja, duas nações, abaixo do Brasil, que gastam menos de 0.3 do seu PIB com as forças armadas.

Senador Marco Maciel, esses são dados estatísticos e informativos das forças armadas dos Estados Unidos.

Sr. Presidente, solicito a transcrição deste documento nos Anais do Senado Federal.

O Sr. Marco Maciel – Nobre Senador Ney Maranhão, V. Ex^a concede-me um aparte?

O SR. NEY MARANHÃO – Com muito prazer, nobre Senador Marco Maciel.

O Sr. Marco Maciel – Nobre Senador Ney Maranhão, gostaria de iniciar minha breve intervenção dizendo que V. Ex^a fere essa questão em um momento muito oportuno, porque, se não estou equivocado, hoje, no Exército, comemora-se o Dia da Artilharia, homenageando a figura do Malet, autor da frase "por aqui, não entram os inimigos da Pátria". Amanhã, a Marinha de Guerra comemora um de seus grandes feitos – a Batalha do Riachuelo. Esses dois fatos que ocorrem, um hoje, outro amanhã, bem demonstram a importância e a significação das Forças Armadas na formação do nosso País, na preservação de nossas fronteiras, na manutenção da lei e da ordem. Creio, por isso mesmo, como chama atenção V. Ex^a, que não podemos deixar de reconhecer o significativo papel que elas desempenham. Papel que não se circunscreve apenas à defesa contra agressões externas, à segurança das nossas fronteiras, que não se reduz tão-somente, sob a égide da Constituição, ao cumprimento de uma série de mandamentos legais, estatutários; mas papel que se desenvolve também no campo social, formando recursos num País que necessita, cada vez mais, adestrar seus quadros, realizando ação social, sobretudo, nas áreas mais distantes e de difícil acesso, ajudando na prestação de serviços básicos, no campo da saúde e da educação de modo especial. Então, diria que as Forças Armadas desempenham no País, neste País continente que é o Brasil, de enorme mar territorial, com uma fronteira extremamente extensa – eu penso que, depois da China, somos o País que mais possui estados limítrofes. A China, se não estou equivocado, tem fronteira com 11 ou 12 países, e o Brasil o faz com 10. É importante destacar que, diferentemente do que acontece com a China, o Brasil tem um relacionamento pacífico com os seus vizinhos, o que de alguma forma demonstra, também, a conduta não agressiva do nosso povo. Sem contar essas fronteiras com uma dezena de países, é importante lembrar que temos uma enorme fronteira marítima, que nos faz vizinhos da África, pois o que nos separa da África são as águas abissais do Atlântico, sem contar que o mar enseja fácil intercâmbio com as Américas, a Europa, a Ásia, etc., e, por outro lado, não deixa de ser, também, um ponto de vulnerabilidade; porque o mar, de alguma forma, é também um meio de que muitos se valem para a agressão. Por todas essas razões, o discurso que V. Ex^a faz hoje é oportuno, porque ocorre no momento em que o Exército comemora a passagem do Dia de Artilharia; a Marinha amanhã se apresta para celebrar uma de suas datas mais significativas, como acabamos de lembrar. Expressa, V. Ex^s, algumas inquietações que são não apenas dos militares mas também de todos os brasileiros. Por isso, concluo o meu aparte dizendo que não posso deixar de reco-

nhecer que V. Exª tem razão em muitos pontos que expende, em muitas considerações que produz ao longo do seu pronunciamento. Tenho a convicção, nobre Senador Ney Maranhão, de que o Poder Executivo, nomeadamente o Presidente Itamar Franco, naturalmente ouvindo os Ministros militares não deixará de levar em consideração as palavras que V. Exª aqui profere; ou seja, estou certo de que suas palavras vão produzir reflexões por parte do Presidente e de seus auxiliares, no sentido de encontrarem soluções para as questões aqui suscitadas. Tenha, pois, a certeza de que, ao fazer este discurso na manhã de hoje, V. Exª de alguma forma traz uma contribuição ao debate de uma questão que – eu diria – é uma questão aguda, sobretudo porque ainda não conseguimos dar ao País a necessária estabilidade econômica. Ainda somos uma Nação que convive com taxas altíssimas de inflação. Por isso são os nossos votos no sentido de que o plano de estabilização econômica que o Governo vem de lançar, cuja etapa mais importante se iniciará no dia 1º de julho, venha dar certo. Não acredito que seja possível construir uma nação desenvolvida e igualmente justa sem que haja uma moeda forte, sem que haja o mínimo de estabilidade econômica. São moeda e estabilidade econômica pressupostos básicos para que se tenha um verdadeiro processo de desenvolvimento, que, muito mais do que mera expansão de bens materiais, é antes e sobretudo um processo que deve fazer com que toda sociedade possa participar de maneira equânime dos frutos, dos resultados dos esforços coletivos. Por isso, eu gostaria de dizer que estou certo de que o Presidente Itamar Franco e seus auxiliares levarão em consideração as observações que V. Exª produz nesta manhã, mormente no que diz a essas questões mais agudas relativas à situação dos militares, que são, por definição constitucional, servidores públicos e, por um estatuto especial, antes de tudo, servidores da Pátria.

O SR. NEY MARANHÃO – Senador Marco Maciel, quero agradecer esse oportuno aparte, antes de tudo pelo peso político que V. Exª representa no Congresso Nacional e neste País. V. Exª é um Senador, um homem público que tem uma experiência muito grande, apesar de moço. Começou sua vida pública, com a seriedade que o caracteriza, empreendendo um trabalho persistente, que todos os brasileiros, todos os homens que acompanham sua trajetória reconhecem.

Senador Marco Maciel, faço um apelo a V. Exª, pelo seu peso político, pela sua liderança em um dos Partidos de mais valia no Congresso, que dê força para que encontremos a solução. V. Exª foi Governador de Pernambuco, um Estado problema, um Estado complicado. Sabe que Pernambuco é um dos poucos Estados onde, até hoje, uma parte da força política ainda reconhece o Muro de Berlim e o Leste Europeu. Ainda se lêem, nas manchetes dos nossos jornais, referências à "esquerda" e à "direita" – e isso acabou.

V. Exª tem tido uma posição de liderança na difícil vida política pernambucana e se sobressai na política nacional como Líder do segundo maior Partido deste Senado e do Congresso Nacional.

Eu quero que V. Exª, como pernambucano, dê uma força, porque até agora, Senador Marco Maciel – sou um homem que digo o que sinto –, tem-se conversado muito miolo de pote. Conversa-se, reúne-se, chama-se, fala-se em isonomia, e os militares permanecem no mesmo lugar, senão em situação pior, Senador. E V. Exª, como homem, como Líder, vê a democracia – como nós todos a vemos – em primeiro plano e sabe que nossas Forças Armadas, nessas crises todas por que estamos passando, vêm respeitando a lei, a ordem e a nossa Constituição. V. Exª há de sentir que poderá chegar a um ponto em que a quebra da hierarquia, para nossos chefes das Forças Armadas, na si-

tuação que estamos atravessando, Senador Marco Maciel, poderá significar a quebra da espinha dorsal. E isso é muito ruim para todos nós.

Agradeço-lhe. V. Exª transmitiu em seu aparte a sua preocupação e o apoio a este Senador nesse alerta que está fazendo à Nação brasileira. E digo que V. Exª poderá ter um papel muito importante, principalmente pela força que representa o seu Partido e V. Exª em si. A palavra de V. Exª será muito importante para que resolvamos, de uma vez por todas, essa situação. Isso tinha que ter sido resolvido ontem e não hoje. Quando falo do Presidente Itamar Franco, sempre faço uma ressalva com respeito a Sua Excelência. Eu o conheço, tenho pelo Chefe da Nação o maior respeito e tenho apoiado o seu Governo, porque o seu programa de Governo é o programa que o ex-Presidente Collor e o então Vice-Presidente assumiram em praça pública. O Presidente Itamar Franco está tentando continuar esse programa, mas há muita dificuldade – e V. Exª sabe disso –, pois o programa do seu Partido é o programa do neoliberalismo e é justamente isso que estamos tentando fazer.

Senador Marco Maciel, mais uma vez agradeço o aparte de V. Exª nesta oportunidade em que alerto a Nação para o perigo que estamos correndo. E encareço a V. Exª que coloque na sua agenda, como um de seus projetos prioritários, apoiar a tentativa de resolução deste imenso problema que estamos enfrentando: a luta por justos salários. Aliás, não são só por salários, Senador Marco Maciel, mas por verbas de que as nossas Forças Armadas precisam para movimentar sua tropa, para aquisição de equipamentos, para renovação dos materiais mínimos, para que dêem conta do recado, ou seja, possam cumprir sua missão: olhar por nossa bandeira e defendê-la, do Oiapoque ao Chuí. Muito obrigado a V. Exª.

Prossigo com a leitura do meu discurso, Sr. Presidente e Srs. Senadores: Somos a décima economia do planeta. Em termos de gastos com as Forças Armadas, estamos colocados no 155º lugar, conforme mostra o quadro anexo.

Portanto, Sr. Presidente, as Forças Armadas, que não podem fazer greve para garantir seus direitos, darão sustentação institucional ao Sr. Lula, não porque receberão o tratamento justo e merecido que as atuais elites não quiseram dar, mas pelo simples fato de que as Forças Armadas não se arredarão do texto constitucional.

É forçoso reconhecer que as elites políticas, por omissão, deixaram de ser os agentes de transformação de que o Brasil tanto carece para superar a fome e a miséria.

De outra parte, temos que admitir que o Sr. Lula, candidato do PT, está galvanizando toda a insatisfação popular, conforme atestam as pesquisas, e deverá ser o grande vitorioso das próximas eleições, caso o Congresso não tome as medidas corajosas que melhorem a vida da população.

Para concluir, Sr. Presidente, conclamo a classe política, notadamente os partidos que têm compromisso democráticos com o futuro deste País, que enviem todos os esforços no sentido de aprovar, antes do término da atual legislatura, as mudanças constitucionais que viabilizem o Brasil e, com urgência, resolvamos os problemas das nossas bravas Forças Armadas enquanto há tempo.

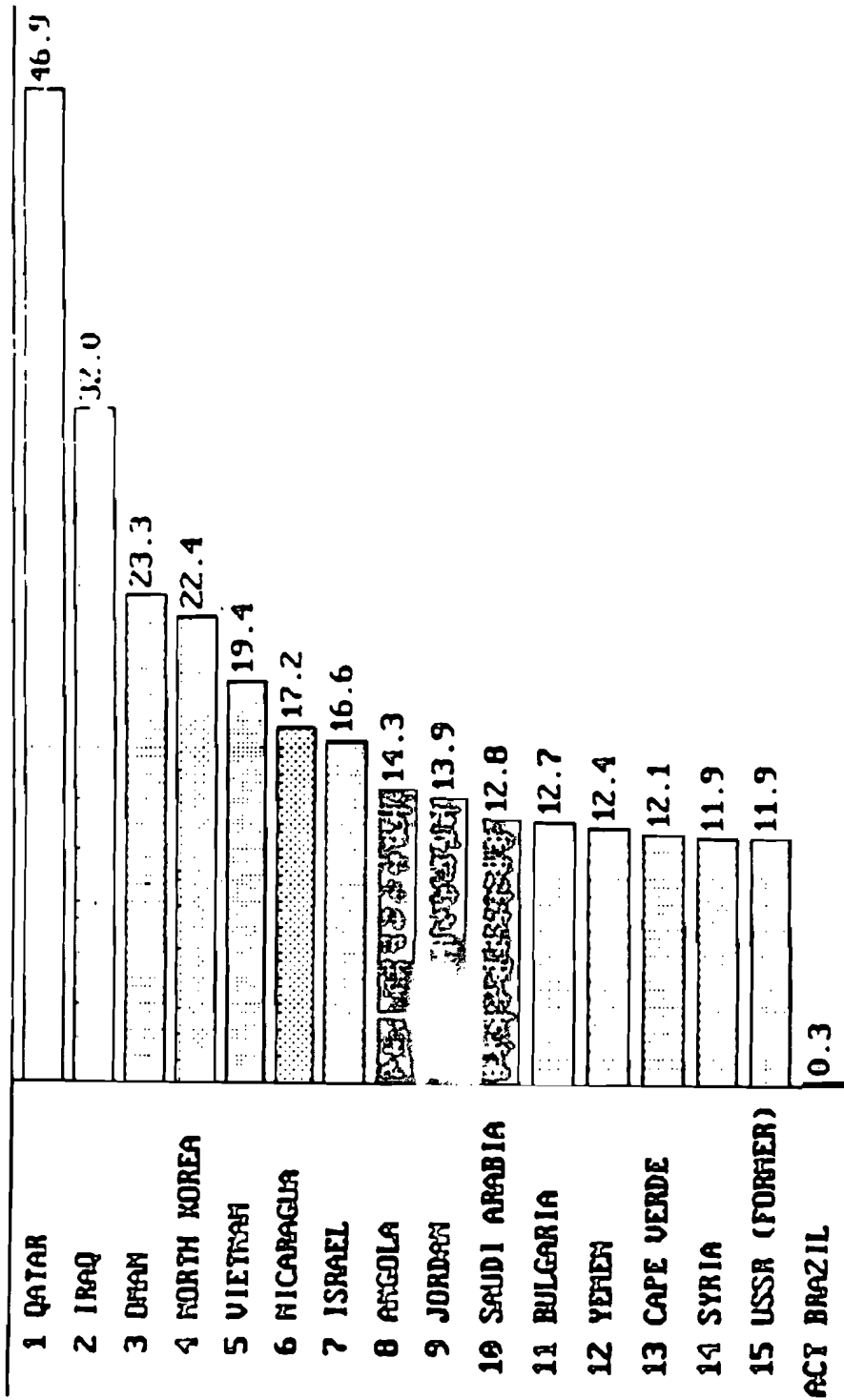
E para os candidatos à Presidência da República, resta-nos lembrar que a única saída para o País será um Estado eficiente, com marcante atuação nos setores da segurança, saúde, educação, de tamanho compatível com as exigências da sociedade, associado a uma forte iniciativa privada nacional e estrangeira, a fim de que a população ganhe um melhor padrão de bem-estar social. E, para tanto, é necessário que os mesmos se engajem no processo de revisão do texto constitucional, que, não obstante o alto grau de espe-

rança, apenas consagrou direitos para uma minoria encastelada nas corporações que dominam o Estado brasileiro.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

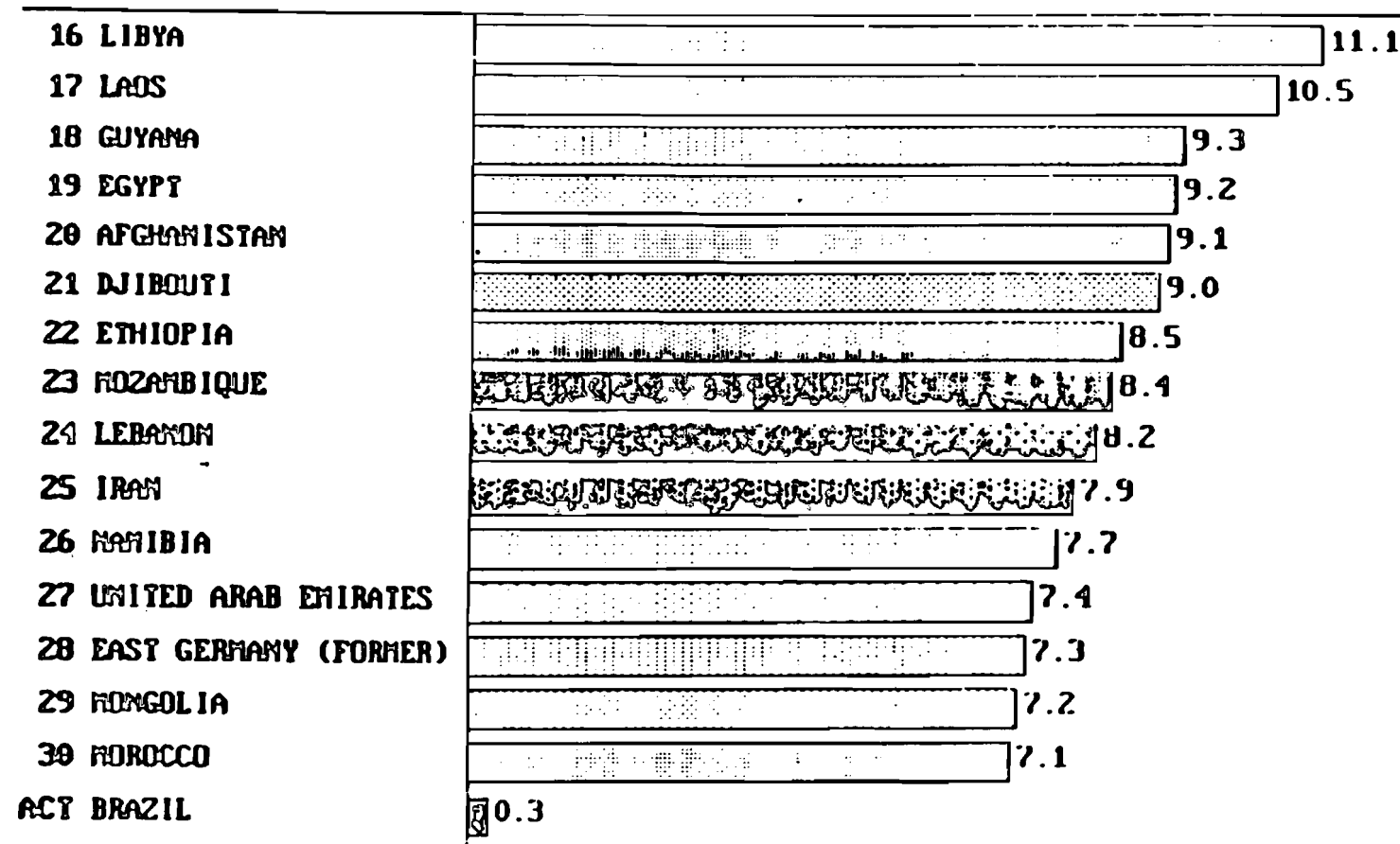
DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. MARRANHÃO EM SEU DISCURSO:

GNP FOR DEFENSE
(in percent)



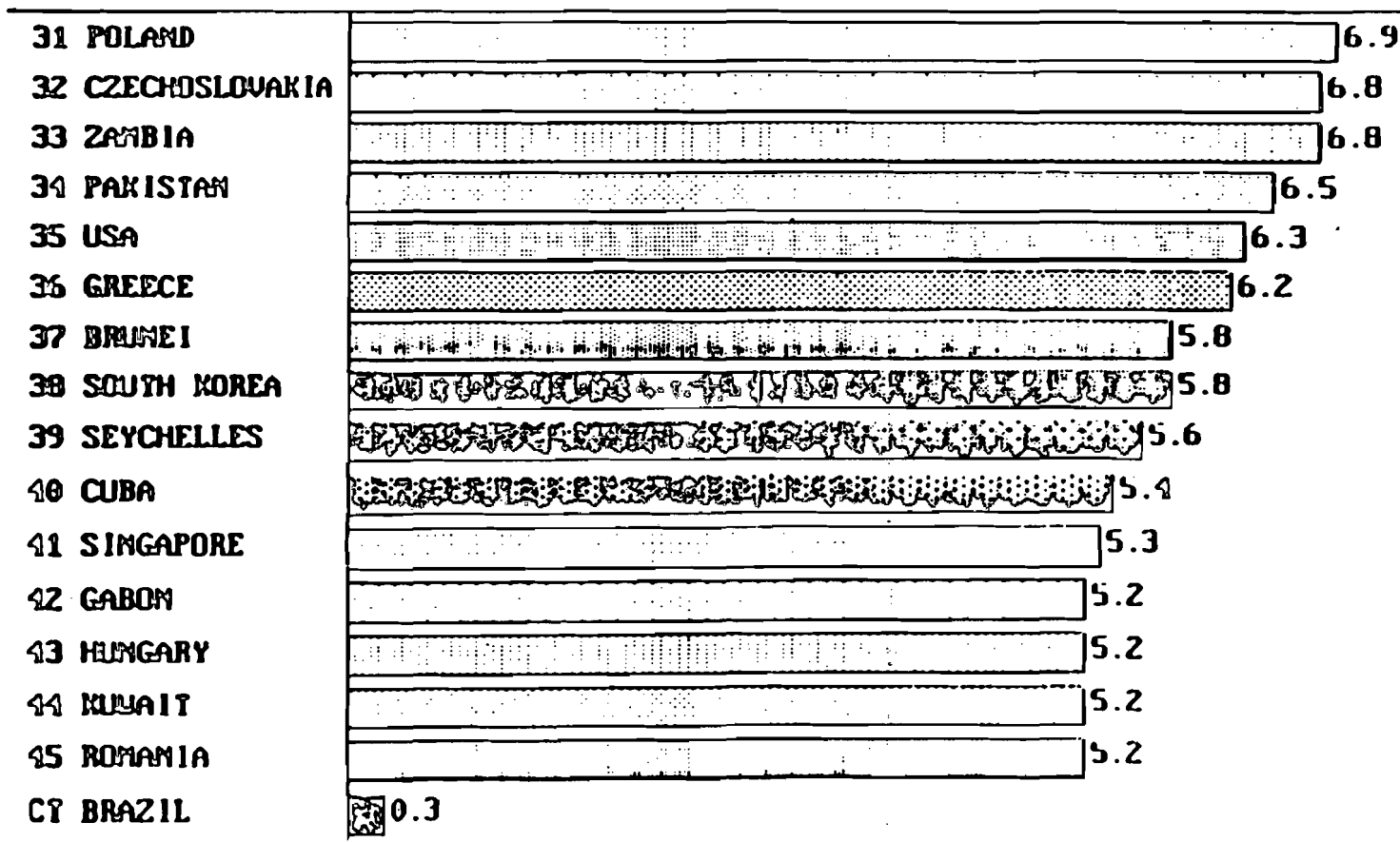
(Copyright 1992 by Globe, Inc. Tampa, AZ, USA. All Rights Reserved Worldwide.)

GNP FOR DEFENSE
(in percent)



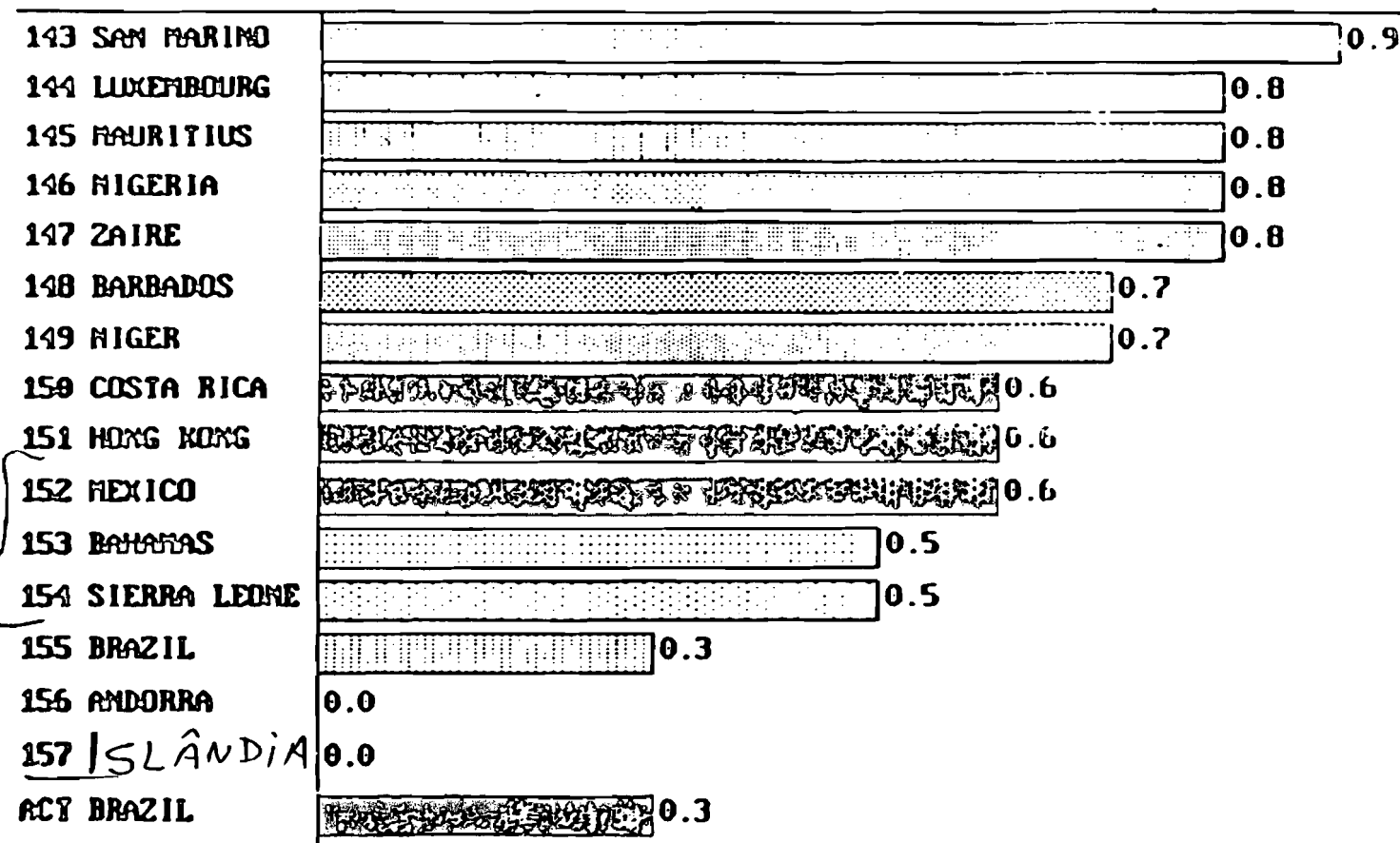
Copyright © 1994 by the U.S. Government Printing Office. All Rights Reserved. Printed in the United States of America.

GNP FOR DEFENSE
(in percent)



Copyright 1992 by Glencoe, Inc. Tempe, AZ, USA. All Rights Reserved Worldwide.

GMP FOR DEFENSE
(in percent)



Copyright 1992 Jde Globe, Inc. Tempo, A7, USA. All Rights Reserved. No. 149

Durante o discurso do Sr. Ney Maranhão, o Sr. José Richa deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jonas Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro) – Concedo a palavra ao nobre Senador Carlos Patrocínio. (Pausa)

Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL-PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, realizar-se-á no Cairo, Egito, no período de 5 a 13 de setembro próximo, a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, promovida pela Organização das Nações Unidas. Como documento preparatório da referida reunião, a secretaria-geral da conferência já fez distribuir aos que participarão do evento, uma proposta significativa, de alguma forma, o documento básico que será discutido no encontro.

Quero dizer neste instante, Sr. Presidente, que o encontro do Cairo não deixa de ser uma reunião de grande importância porque, nos últimos anos, tem sido elevado o incremento da população mundial, e assuntos relativos à população e sobretudo à sua condição social são questões que têm preocupado governos e instituições de todo o mundo.

Todavia, Sr. Presidente, é importante ter presente o que se propõe ser objeto da referida conferência. Abordo este tema na manhã de hoje, porque, recentemente, em encontro do Papa João Paulo II com o Presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton – encontro extremamente importante e raro – Sua Santidade fez questão de revelar sua preocupação com os rumos dessa conferência, sobretudo porque, segundo se anuncia – e é o que se depreende da leitura desse relatório preliminar –, a Conferência do Cairo teria objetivos bem mais amplos do que discutir os problemas relativos à população e ao desenvolvimento, enveredando para o terreno do controle de natalidade e, até mesmo, recomendando a legalização de práticas abortivas.

Preocupado com essa questão, o Papa João Paulo II vem de escrever uma carta ao secretariado da referida Conferência. Nessa documento, o Papa João Paulo II chama a atenção para alguns pontos que merecem uma maior reflexão. A carta de João Paulo II foi encaminhada após receber em março último a Sr^a Nafis Sadik, que, além de Secretária-Geral da Conferência Nacional sobre População e Desenvolvimento, a que já fiz menção, é também Diretora-Executiva do Fundo das Nações Unidas para a População.

Efetivamente, Sr. Presidente, não vou ler toda a carta que o Papa João Paulo II entregou à Sr^a Nafis Sadik, mas não posso deixar de pedir a V. Ex^a que determine a sua transcrição nos Anais da Casa, para que todo o Senado tome conhecimento.

O Papa João Paulo II faz algumas advertências, sobretudo relativamente ao que Sua Santidade denomina, com propriedade, de "cultura da morte", salientando que:

...o gênero humano parece orientar-se nesse campo mais para limitar, suprimir ou anular assuntos da

vida, chegando-se aí até o recurso do aborto, infelizmente tão espalhado pelo mundo, do que para defender e criar possibilidades à mesma vida.

Em outro trecho, Sua Santidade o Papa João Paulo II lembra a necessidade de se ter uma política de proteção à família e diz textualmente:

Problemas fundamentais, tais como a transmissão da vida, a família e o desenvolvimento material e moral da sociedade, devem ser tomados em séria consideração.

E lembra:

Qual é o futuro que propomos aos adolescentes, se os deixamos, na sua imaturidade, seguir os próprios instintos, sem tomar em consideração as implicações interpessoais e morais dos seus comportamentos sexuais? Não temos, porventura, a obrigação de abrir os olhos para os prejuízos e sofrimentos aos quais um comportamento sexual moralmente irresponsável pode expô-los?

Não é nosso dever, porventura, desafiá-los com uma ética exigente, que respeite plenamente a sua dignidade e os conduza ao autocontrole necessário, a fim de poderem enfrentar as inúmeras exigências da vida?

E conclui o Papa João Paulo II:

Nenhum dos temas que serão debatidos é meramente uma preocupação de natureza econômica ou demográfica, mas, em última análise, cada um deles tem um problema de profundo significado moral, com vastas implicações. O contributo da Santa Sé consistirá, justamente, em oferecer uma perspectiva ética acerca das questões que deverão ser consideradas, sempre com a convicção de que os esforços da humanidade, por respeitar e por se conformar com o designio providencial de Deus, são o único modo de obter bom êxito na edificação de um mundo de igualdade, unidade e paz genuínas.

Feitas essas considerações, Sr. Presidente, eu gostaria, antes de encerrar minhas palavras, ao tempo em que renovo o pedido para que a carta de Sua Santidade o Papa João Paulo II seja transcrita nos Anais da Casa, de aproveitar a ocasião para chamar a atenção do Governo brasileiro, de modo especial do Ministério das Relações Exteriores, para que examinem atentamente a pauta dessa reunião do Cairo, a fim de que o Brasil não faça coro com os que pregam uma "cultura da morte", ou seja, pouco valorizam a importância da instituição familiar e que, de alguma forma, como consequência disso, utilizam-se de práticas incompatíveis ao bom desenvolvimento da humanidade.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. MARCO MACIEL EM SEU DISCURSO:

4 (176)

L'OSSERVATORE ROMANO

N. 14. 2 de Abril de 1994

INFORMAÇÃO □ Ao Secretário-Geral da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento

Tratar sem uma base ética questões fundamentais como a família, a transmissão da vida, o autêntico progresso moral e material significa pôr em discussão o futuro mesmo da humanidade

João Paulo II recebeu em audiência especial, na manhã do dia 18 de Março, a Ex.ma Senhora Nafis Sadik, Secretária-Geral da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e Director-Executivo do Fundo das Nações Unidas para a População, e nesse ocasião entregou-lhe a seguinte Mensagem

A Senhora Nafis Sadik
Secretária-Geral
da Conferência Internacional de 1994
sobre População e Desenvolvimento
e Director-Executivo
do Fundo da Organização da O.N.U.
para a População

1. Sauda-a, Senhora Secretária-Geral, no momento em que Vossa Excelência está intimamente empenhada na preparação da Conferência Internacional de 1994 sobre a População e o Desenvolvimento, a ser realizada no Cairo no próximo mês de Setembro. A sua visita merece-me a ocasião para compartilhar com Vossa Excelência algumas reflexões acerca de um tema que — somos todos unânimes a este propósito — é de importância vital para o bem-estar e o progresso da família humana. O tema da Conferência do Cairo adquire um elevado significado, a luz do facto de o futuro entre os ricos e os pobres do mundo continuar a aumentar, constituindo uma situação que apresenta uma ameaça cada vez maior para a paz, a qual a humanidade aspira.

A situação da população do globo é muito complexa, existem variações não apenas de conteúdo para continentes, mas até mesmo de uma região para outra. Os estudos da Organização das Nações Unidas referem-se que esta prevê uma rápida diminuição na taxa do crescimento da população mundial, a começar pela década dos anos 90, e que continuará até ao próximo século. Ao mesmo tempo, a taxa de crescimento permanece elevada nalgumas das nações menos desenvolvidas do mundo, enquanto o aumento da população diminuiu de maneira considerável nas nações industrialmente desenvolvidas.

2. A Santa Sé tem seguido com muita atenção estes problemas, com uma preocupação especial em fazer referências precisas e objectivas acerca dos problemas demográficos, e em exortar a solidariedade mundial no que se refere às estratégias de desenvolvimento de modo particular quando estas envolvem as nações em vias de desenvolvimento. A este propósito não nos muito útil a participação nos encontros da Comissão sobre a População da Organização das Nações Unidas e os estudos da Divisão sobre a População, também da Organização das Nações Unidas. A Santa Sé participou igualmente em todos os encontros regionais, em vista da preparação da Conferência do Cairo, adquirindo uma melhor compreensão acerca das diferenças regionais e contribuindo para o debate em todas as ocasiões.

Em conformidade com a sua competência e a sua missão específicas, a Santa Sé empenha-se por que seja dedicada a justa atenção aos princípios éticos que determinam as acções derivadas da análise das políticas demográficas, sociológicas e públicas dos dados acerca das tendências da própria demografia. Portanto, a Santa Sé procura pôr em evidência algumas verdades básicas segundo as quais: todas e cada uma das pessoas — independentemente da idade, do sexo, da religião ou da tradição nacional — têm uma dignidade e um valor que são incondicionais e inalienáveis a própria vida humana desde o momento da concepção até a morte natural, e sagrada os direitos humanos são máximos e transcendem qualquer ordem constitucional; a unidade fundamental da raça humana exige que cada um se empenhe na edificação de uma comunidade, que seja livre da injustiça e que lute para promover e proteger o bem comum. Essas verdades acerca da pessoa humana são o parâmetro para

qualquer resposta às descobertas que emergem da análise dos dados demográficos. É a luz dos autênticos valores humanos — reconhecidos pelos povos de diversas culturas e diferentes tradições religiosas e nacionais no mundo inteiro — que todas as opções políticas devem ser avaliadas. Nenhuma meta ou política ofereça resultados positivos às pessoas, se não respeitarem a dignidade única e as necessidades objectivas dessas mesmas pessoas.

3. Existe uma opinião vastamente difundida segundo a qual a política demográfica é apenas uma parte da estratégia global sobre o desenvolvimento. Por conseguinte, é importante que qualquer debate acerca de políticas demográficas tenha em consideração o desenvolvimento presente e futuro, tanto das nações como das regiões. Ao mesmo tempo, é impossível pôr de parte a natureza mesma daquilo que a palavra «desenvolvimento» significa. Qualquer desenvolvimento digno deste nome deve ser integral, ou seja, deve orientar-se para o verdadeiro bem de cada pessoa e de toda a pessoa. O verdadeiro desenvolvimento não pode consistir na simples acumulação de riquezas e na maior disponibilidade de bens e de serviços, mas deve ser permeado com a consideração pelas dimensões sociais, culturais e espirituais do ser humano. Os programas de desenvolvimento devem ser construídos sobre a justiça e a igualdade, tornando as pessoas capazes de viver em dignidade, harmonia e paz. Eles devem respeitar a herança cultural dos povos e das nações, assim como as qualidades sociais e as virtudes que reflectem a dignidade divina de cada pessoa singularmente e de todas as pessoas, bem como o plano divino que chama todos à unidade. É extremamente importante que os homens e as mulheres se tornem agentes activos do seu próprio desenvolvimento, porque trata-las como se fossem meros objectos, no contexto de certos esquemas ou planos, seria como subtrair a capacidade para a responsabilidade, fundamental para o bem da pessoa humana.

4. O desenvolvimento foi e continua a ser o conceito adequado para as considerações da comunidade internacional acerca dos problemas demográficos. No âmbito destes debates, surgem naturalmente questões referentes à transmissão e ao desenvolvimento da vida humana. Todavia, formulações questões demográficas em termos dos direitos sexuais e reprodutivos, ou até mesmo em termos dos «direitos das mulheres», equivale a desviar a atenção daquilo que deveria ser a preocupação primária dos governos e das instituições internacionais. Digo-o, não com a intenção de reduzir, de modo algum, a importância da segurança da justiça e da igualdade para as mulheres.

Além disso, os problemas que se referem à transmissão da vida e ao seu subsequente desenvolvimento, não podem ser tratados de maneira adequada se fizermos excepções concernentes ao bem da família: aquela comunidade de pessoas, estabelecida pelo matrimónio entre um homem e uma mulher, isto é — como afirma a *Declaração Universal dos Direitos Humanos* — «a célula natural e fundamental da sociedade» (art. 16. 3). A família é uma instituição fundada sobre a natureza mesma da pessoa humana, e é o âmbito adequado para a concepção, o nascimento e o crescimento dos filhos. Neste momento da história em que existem tantas forças poderosas a combater contra a família e mais importante do que nunca que a Conferência sobre a População e o Desenvolvimento enfrente o desafio implícito na designação de 1994 por parte da Organização das Nações Unidas como o «Ano Internacional da Família», realizando o que lhe for possível para assegurar que a família receba «da sociedade e do Estado» aquela protecção que como a *Declaração Universal* mesma afirma «libre e apropriada» (ibid.). Qualquer decisão que não respeitasse tudo isto, equivaleria a uma traição

dos ideais mais nobres da Organização das Nações Unidas.

5. Hoje, o dever de salvaguardar a família exige que uma atenção particular seja dedicada à tutela da liberdade que o marido e a mulher têm de decidir de modo responsável, livre de todas as coerções sociais ou legais, o número de filhos que desejam ter e o intervalo entre os nascimentos. O objectivo dos governos e de outras instituições não deveria ser o de decidir em lugar dos cônjuges, mas, antes, o de criar as condições sociais que tornem estes últimos capazes de tomar as decisões apropriadas, a luz das suas responsabilidades perante Deus, perante si mesmos e diante da sociedade à qual pertencem, assim como em relação à ordem moral objectiva. Aquilo a que a Igreja chama «paternidade e maternidade responsáveis», não é uma questão de procriação forçada ou de falta de consciência acerca daquilo que é necessário para o crescimento dos filhos, mas é, antes, questão de tornar os cônjuges capazes de usar a sua liberdade inviolável de modo sábio e responsável, tendo em consideração as realidades sociais e demográficas bem como a própria situação e os seus legítimos desejos, a luz dos critérios morais objectivos. Todas as propostas e as informações distorcidas, que têm o objectivo de persuadir os cônjuges a limitar as próprias famílias a um ou dois filhos, devem ser firmemente evitadas, e os casos que preferem com generosidade, ter famílias numerosas, devem ser auxiliados.

Em defesa da pessoa humana, a Igreja é contra a imposição de limites para o número de filhos nas famílias, e opõe-se à promoção de métodos destinados a limitar os nascimentos, a separar as dimensões unificadas das procriações inerentes ao relacionamento conjugal e a causar em oposição à lei moral natural o crescimento humano, constituindo uma ofensa à sacralidade da vida. Deste modo, a esterilização, que é cada vez mais promovida como método de planeamento familiar, devido às suas finalidades e ao seu potencial para a violação dos direitos humanos, especialmente os direitos das mulheres, é sem dúvida alguma inaceitável: ela apresenta a mais grave ameaça contra a dignidade e a liberdade humana, quando é promovida como parte de uma política demográfica. O aborto, que destrói uma verdadeira vida humana, é um mal horrendo, e jamais pode constituir um método aceitável de planeamento familiar, como foi, além disso, reconhecido unanimemente na Conferência Internacional sobre a População, promovida pela Organização das Nações Unidas na Cidade do México (1984).

6. Em suma, desejo pôr uma vez mais em evidência aquilo que escrevi na Carta Encíclica *Centesimus annus*. É necessário voltar a considerar a família como o *sacramento da vida*. De facto, ela é sagrada: é o lugar onde a vida, dom de Deus, pode ser convenientemente acolhida e protegida contra os múltiplos ataques a que está exposta, e pode desenvolver-se segundo as exigências de um crescimento humano autêntico. Contra a denominada cultura da morte, a família constitui a sede da cultura da vida.

O engrunho humano parece orientar-se nesse campo, mas para limitar, suprimir ou anular as fontes da vida, chegam do ate ao recurso do aborto, infelizmente tão espalhado pelo mundo, do que para defender e criar possibilidades a mesma vida» (n. 39).

7. Ao mesmo tempo que reafirmo o papel fundamental da família na sociedade, desejo também dedicar uma atenção particular à situação das crianças e das mulheres, que com muita frequência são os membros mais vulneráveis das nossas comunidades. As crianças não devem ser tratadas como um peso ou um obstáculo, mas deveriam ser estimadas, pois são portadoras de esperança e sinais de primícia para o futuro. O cuidado, que é essencial para o seu crescimento e o seu desenvolvimento, provém em primeiro lu-

gar dos seus pais, mas a sociedade deve ajudar, apoiando as famílias nas suas necessidades e nos seus esforços por conservar um ambiente propício em que os filhos possam crescer. A sociedade deveria promover «políticas sociais», que tenham como principal objectivo a própria família, ajudando-a, mediante a atribuição de recursos adequados e de instrumentos eficazes de apoio, quer na educação dos filhos quer no cuidado dos idosos, evitando o seu afastamento do núcleo familiar e reforçando os laços entre as gerações» (*Centesimus annus*, n. 49). Uma sociedade não pode afirmar que trata as crianças de modo justo, ou que tutela os interesses delas, se as suas leis não salvaguardam os direitos das crianças nem respeitam a responsabilidade dos pais pelo bem-estar das mesmas.

8. É muito triste que ainda hoje, no termo do século XX, seja necessário afirmar, quanto à condição humana, que «a mulher é igual ao homem em dignidade, e que é plenamente membro da família humana, no sentido da qual ocupa um lugar e tem uma vocação distinta, complementar mas absolutamente não inferior à do homem. Na maior parte das nações do mundo, há ainda muito a fazer para corresponder às necessidades educativas e sanitárias das jovens e dos jovens, a fim de que eles possam alcançar a sua plena realização na sociedade».

Na família que uma mulher instruída com o seu marido, ela tem o papel e o privilégio únicos da maternidade. De modo especial, cabe a ela nutrir a nova vida do filho, a partir do momento da concepção. A mãe em particular envolve o recém-nascido em amor e segurança, e cria a atmosfera adequada para o seu crescimento e desenvolvimento. A sociedade não deve pensar que o papel materno seja diminuído, bem deve considerá-lo como se tivesse pouco valor em relação com as outras possibilidades. Uma maior consideração deveria ser dedicada ao papel social das mães, e deveriam também ser apoiados os programas que têm como objectivo diminuir a mortalidade das mães, oferecendo cuidados pré-natais e perinatais, correspondendo às necessidades das mulheres grávidas e das mães adoptivas, e auxiliando as próprias mães na assistência materna preventiva aos filhos. A este propósito deve ser dada a atenção aos benefícios positivos da amamentação natural para o nutrição, e a prevenção de doenças nos filhos, bem como para o vínculo materno e o estabelecimento dos intervalos entre os nascimentos.

9. O estudo sobre a população e o desenvolvimento apresenta inevitavelmente a questão das *implicações ambientais do crescimento demográfico*. A questão ecológica, no seu fundamento mesmo, tem bem e moral. Enquanto o crescimento demográfico é, com frequência, considerado responsável por problemas ambientais, estamos conscientes de que a questão é bem mais complexa. Os padrões de consumo e desperdício, de modo particular nos países desenvolvidos, a destruição dos recursos naturais, a ausência de restrições ou de salvaguardas nalguns processos industriais ou de produção em geral, tudo isto pôde em perigo o meio ambiente natural.

A Conferência do Cairo também deu, para a devida atenção às enfermidades e à mortalidade, bem como a necessidade de eliminar doenças de todas as espécies, que ameaçam a vida. Ao mesmo tempo que se realizam progressos, no sentido de aumentar a duração da vida, as políticas também devem prestar as necessidades dos idosos e prestar atenção ao contínuo que eles podem oferecer à sociedade durante os anos de aposentadoria. A sociedade deveria desenvolver políticas que correspondam às suas necessidades de segurança social, de assistência sanitária e de participação activa na vida da comunidade.

CONTINUA NA PÁGINA 17

Mensagem do Papa à Ex.ma Senhora Nafis Sadik

CONTINUAÇÃO DA PÁGINA 4

A migração é também uma das principais preocupações na análise dos dados demográficos, e a comunidade internacional deve assegurar que os direitos dos migrantes sejam reconhecidos e protegidos. A este propósito, dedico uma atenção especial à situação das famílias migrantes. A tarefa do Estado é de assegurar que às famílias imigrantes não faltem as garantias ordinárias que são oferecidas aos seus próprios cidadãos, bem como de as proteger contra qualquer tentativa de marginalização, intolerância ou racismo, e de promover uma atitude de solidariedade convicta e activa no que se lhes refere (cf. *Mensagem para o Dia Mundial da Migração*, 1993-1994, n. 1).

10. Enquanto prosseguem os preparativos para a *Conferência do Cairo*, desejo assegurar-lhe, Senhora Secretário-Geral, que a Santa Sé está plenamente consciente da complexidade dos problemas em questão. Esta mesma complexidade requer que avaliemos de maneira muito atenta as consequências, para as gerações presentes e futuras, das estratégias e das recomendações a serem propostas. Neste contexto, o esboço final do documento da Conferência do Cairo, que já está em circulação, é causa de grave preocupação da minha parte. Inúmeros dos princípios que acabei de evocar não são mencionados nas suas páginas, ou então são totalmente marginalizados. Na verdade, várias das suas propostas chegam a contradizer diversos princípios éticos basilares. As considerações políticas e ideológicas não podem constituir, por si mesmas, a base sobre a qual as decisões essenciais para o futuro da nossa sociedade são fundadas. Aquilo que está em peri-

go aqui é o futuro mesmo da humanidade. *Problemas fundamentais*, tais como a transmissão da vida, a família e o desenvolvimento material e moral da sociedade, *devem ser tomados em séria consideração*.

Por exemplo, o consenso mundial da Conferência Internacional sobre a População, realizada na Cidade do México em 1984, segundo o qual «em nenhum caso deverá o aborto ser promovido como método de planeamento familiar», é completamente ignorado no esboço deste documento. Com efeito, existe a tendência a promover um direito, internacionalmente reconhecido, à prática do aborto — quando é pedido —, sem qualquer restrição e sem qualquer consideração pelos direitos do nascituro, de maneira que se vai para além daquilo que até mesmo agora é, infelizmente, aceite pelas leis de algumas nações. A visão da sexualidade, que serve de inspiração para o documento, é individualista. O matrimónio é ignorado, como se pertencesse ao passado. Uma instituição tão natural, universal e fundamental como a família, não pode ser manipulada sem causar, com isso, sérios danos ao tecido e à estabilidade da sociedade.

A gravidade dos desafios que os governos e, acima de tudo, os pais devem enfrentar na educação das jovens gerações, está a demonstrar que não podemos abdicar a nossa responsabilidade de orientar os jovens para uma compreensão mais profunda acerca da sua dignidade e potencialidade como pessoas. Qual é o futuro que propomos aos adolescentes, se os deixamos, na sua imaturidade, seguir os próprios instintos, sem tomar em consideração as implicações interpessoais e morais dos seus comportamentos se-

xuais? Não temos, porventura, a obrigação de abrir os seus olhos para os prejuízos e os sofrimentos, aos quais um comportamento sexual moralmente irresponsável pode expô-los? Não é nosso dever, porventura, desafiá-los com uma ética exigente, que respeite plenamente a sua dignidade e os conduza ao autocontrolo, necessário a fim de poderem enfrentar as inumeráveis exigências da vida?

Estou convicto, Senhora Secretário-Geral, de que no período que resta para a preparação da Conferência do Cairo, Vossa Excelência e os seus colaboradores, bem como as nações que hão-de participar na mesma Conferência, dedicareis a justa atenção a estes problemas mais profundos.

Nenhum dos temas que serão debatidos é meramente uma preocupação de natureza económica ou demográfica, mas, em última análise, cada um deles tem um problema de profundo significado moral, com vastas implicações. O contributo da Santa Sé consistirá, justamente, em oferecer uma perspectiva ética acerca das questões que deverão ser consideradas, sempre com a convicção de que os esforços da humanidade por respeitar e por se conformar com o designio providencial de Deus, são o único modo de obter bom êxito na edificação de um mundo de igualdade, unidade e paz genuínas.

Oxalá Deus Todo-poderoso ilumine cada uma das pessoas que participam na Conferência.

Vaticano, 18 de Março de 1994.

Joannes Paulus n. II

URGENTE E IMPORTANTE

Cairo, setembro de 1994

Conferência Internacional Sobre População e Desenvolvimento da Organização Das Nações Unidas**UM ABUSO DE PODER**

A Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento das Nações Unidas (CIPD) vai se realizar no Cairo de 5 a 13 de setembro próximo. Uma proposta de Programa de Ação distribuída pelo secretariado da CIPD em 24 de janeiro afirma, sem rodeios, que à conferência mundial de população de 1994 "foram delegados, explicitamente, poderes mais amplos do que os dados às anteriores". O mencionado documento esboça um plano de ação que pode dar início ao período de maior perigo para o cristianismo jamais ocorrido desde as perseguições dos primeiros três séculos.

A questão vai muito além da promoção de formas ilícitas de controle da natalidade. As atuais tendências mundiais de crescimento populacional sugerem que, se as taxas de natalidade se mantiverem constantes em todas as regiões pelas próximas duas ou três gerações, todas as grandes potências de hoje se transformarão em nações relativamente pequenas, com populações excessivamente reduzidas para formar a base de uma dominação política e militar do mundo. Em consequência, os países do hemisfério sul aumentarão significativamente sua capacidade de controlar os acontecimentos mundiais em seu benefício. Muitos membros de governos ocidentais prevêem nada menos do que uma troca abrupta e completa das lideranças internacionais e da orientação política do mundo. Por esta razão, pode-se dizer que o verdadeiro objetivo do controle populacional é permitir a continuação da opressão do mundo em desenvolvimento.

Além disso, a introdução dos métodos "modernos" de controle da natalidade, na escala pretendida pelos países industrializados, implica num regime de imposição externa de uma profunda mudança cultural. O objetivo explícito do programa populacional é impedir que o mundo subdesenvolvido tenha um número de nascimentos suficiente para que ocorra a evolução geopolítica acima descrita; assim, é necessário que a fertilidade do hemisfério sul seja reduzida a níveis extremamente baixos, comparáveis aos que ocorrem hoje nas sociedades industrializadas. Mas um tal programa só pode ter êxito pela destruição de costumes e estilos de vida tradicionais, de modo que a África, o mundo árabe e outras regiões em desenvolvimento (como a Latina) terão que ser forçadas à secularização.

A proposta de programa da CIPD relata que, como resultado do programa internacional de controle demográfico, já se multiplicou por cinco o número dos usuários de contraceptivos nos países em desenvolvimento. E menciona que "nos níveis mais baixos da população vêm ocorrendo mudanças de atitude, que levaram a um aumento muito maior da demanda por informação e serviços de planejamento familiar, e resultaram numa redução relativamente rápida no tamanho médio das famílias".

O documento reconhece que o objetivo do programa internacional de população é, especificamente, reduzir a fertilidade dos povos do hemisfério sul, não tratando da questão da "superpopulação" a nível global. De fato, recomenda-se ali que a "comunidade internacional" comece a enfrentar "os problemas especiais dos países com fertilidade excessivamente reduzida" (ou seja, os do mundo industrializado...), e pedem-se esforços para "reduzir as disparidades nas taxas de crescimento populacional entre os diferentes países e regiões, e chegar o mais rapidamente possível à estabilização da população mundial".

A seguir, o mesmo documento ilustra as disparidades no crescimento populacional das diferentes regiões, mostrando sutilmente que, nas condições atuais, a população mundial não-branca cresce muito mais rapidamente do que a de origem européia. Os índices de fertilidade médios nacionais vão desde 8,5 filhos por mulher, em Ruanda, até 1,3, na Itália. Essa variação tem implicações no tamanho e distribuição da população mundial, e nas perspectivas de desenvolvimento sustentável: de fato, entre 1995 e 2005, espera-se que a população dos países desenvolvidos aumente em 120 milhões, enquanto que a das áreas em desenvolvimento deve aumentar em 1 bilhão e 700 milhões.

Sexta-feira, 3 de junho de 1994.

Clinton e o papa divergem**Audiência no Vaticano não diminui diferenças sobre planejamento****ARAÚJO NETTO**

Roma – Nada mudou nas relações da Santa Sé com a Casa Branca depois de uma audiência de 40 minutos e do almoço frugal de João Paulo II com Bill Clinton, entre o meio-dia e às 15h20m de ontem na Cidade do Vaticano. Tudo continua como dantes, sempre que se tratar de aborto, planejamento familiar e crescimento demográfico. O presidente americano declarou-se honrado por ter discutido sobre problemas concretos com o papa, mas foi o primeiro a revelar – em conversa com grupo de seminaristas americanos – que os pontos de vista do papa e de seu governo, sobre o aborto e o controle da natalidade mantêm-se inconciliáveis.

Horas mais tarde, o porta-voz da Santa Sé, Joaquim Navarro-Vals, com palavras menos claras, confirmaria: a próxima conferência mundial do Cairo sobre o controle da natalidade e o desenvolvimento realmente foi um dos temas principais da audiência do Santo Padre ao presidente Clinton. Eles conversaram também sobre a defesa da vida e da família. Como a Santa Sé está profundamente interessada na preservação e na promoção da família, o papa formulou um apelo ao senso de responsabilidade de uma grande nação como os Estados Unidos, que desde a sua origem e através da História, sempre proclamou os valores éticos como básicos de cada civilização.

Aos jornalistas, Clinton foi ainda mais preciso: "Na maravilhosa conversa que tive com o papa, esclareci que não consideramos e não desejamos o aborto como meio de controle de natalidade, mas como segurança para cerca de 10 milhões de mulheres que anualmente recorrem ao aborto clandestino e mais perigoso."

Acompanhado pela mulher, Hilary, pela sogra, senhora Rodham, e por uma comitiva de 30 pessoas, o presidente Clinton chegou ao Vaticano dez minutos antes da audiência na biblioteca pontificia. João Paulo II recebeu-o, de pé, ainda muito debilitado, dispensando a ajuda de intérpretes para conversar com o 10º presidente dos Estados Unidos que, desde o fim da 2ª Guerra Mundial, entrava no Palácio Apostólico para conversar com um papa.

Terminada a audiência, Clinton e sua comitiva iniciaram a segunda etapa "das três horas de ocupação americana do Vaticano", como foi definida ironicamente, por um membro da delegação da Casa Branca, a presença do presidente Clinton na cidade, nos palácios do papa e na Capela Sistina, de Michelangelo Buonrotti.

COMPARECEM MAIS OS SRS:

César Dias – Chagas Rodrigues – Dario Pereira – Guilherme Palmeira – Henrique Almeida – Hugo Napoleão – Humberto Lucena – Jônice Tristão – Josaphat Marinho – Júnia Marise – Mansueto de Lavor – Onofre Quinan.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro) – Não há mais oradores inscritos.

A Presidência observou atentamente os pronunciamentos dos Senadores Ney Maranhão e Marco Maciel e aproveita para se solidarizar com ambos e com o registro que foi feito pelo Senador Marco Maciel, referente à celebração festiva, amanhã, da vitória épica da Batalha Naval do Riachuelo, alcançada pela nossa Marinha de Guerra.

Nos termos do art. 174 do Regimento Interno, a Presidência dispensa, na sessão de hoje, o período destinado à Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária de segunda-feira a seguinte

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 10h22min.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 44, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 1993 (nº 250/93 na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da Rádio Independente Ltda. para explorar serviço de radiofusão sonora em frequência modulada na cidade de Lajeado, Estado do Rio Grande do Sul, tendo

Pareceres, proferidos em Plenário, em substituição à Comissão de Educação:

1º Pronunciamento: Relator: Senador Amir Lando, favorável ao projeto;

2º Pronunciamento: Relator: Senador Áureo Mello, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 45 DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 45, de 1993 (nº 253/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Capinzal Ltda, para explorar serviço de radiofusão sonora em onda média na Cidade de Capinzal, Estado de Santa Catarina, tendo

Pareceres, proferidos em Plenário, em substituição à Comissão de Educação.

1º Pronunciamento: Relator: Senador Amir Lando, favorável ao projeto;

2º Pronunciamento: Relator: Senador Jonas Pinheiro, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 46, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 46, de 1993 (nº 248/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Fraternidade Ltda, para explorar serviço de radiofusão sonora em frequência modulada na cidade de Araras, Estado de São Paulo, tendo

Parecer, proferido em Plenário, em substituição à Comissão de Educação:

1º pronunciamento: Relator: Senador Álvaro Pacheco, favorável ao projeto;

2º Pronunciamento: Relator: Senador Jonas Pinheiro, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 48, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 48, de 1993 (nº 264/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da Rádio Jornal do Brasil Ltda., para explorar serviço de radiofusão sonora em frequência modulada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, tendo

Pareceres, proferidos em Plenário, Relator: Senador Áureo Mello, em substituição à Comissão de Educação:

1º Pronunciamento: favorável ao projeto;

2º Pronunciamento: pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 49, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 49, de 1993 (nº 273/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da Rádio Litoral Ltda. para explorar serviço de radiofusão sonora em frequência modulada na Cidade de Osório, Estado do Rio Grande do Sul, tendo

Pareceres, proferidos em Plenário, em substituição à Comissão de Educação.

1º Pronunciamento: Relator: Senador Amir Lando, favorável ao projeto;

2º Pronunciamento: Relator: Senador Ney Maranhão, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição

6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 52, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 52, de 1993 (nº 246/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Grande Lago Ltda. para explorar serviço de radiofusão sonora em onda média na Cidade de Santa Helena, Estado do Paraná, tendo

Pareceres favoráveis, proferidos em Plenário, em substituição à Comissão de Educação:

1º Pronunciamento: Relator: Senador Ney Maranhão;

2º Pronunciamento: Relator: Senador Affonso Camargo, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 55, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 55, de 1993 (nº 267/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Paquetá Empreendimen-

tos Ltda. para explorar serviço de radiofusão sonora em onda média na Cidade de Floriano, Estado do Piauí, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Ney Maranhão, em substituição à Comissão de Educação.

8

**PROJETO DE DECRETO
LEGISLATIVO Nº 7, DE 1994**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos
do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 1994 (nº 308/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a outorga deferida à Rádio Cultura de Timbó Ltda., para explorar serviço de radiofusão sonora em onda média na cidade de Timbó, Estado de Santa Catarina, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Meira Filho, em substituição à Comissão de Educação.

9

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 9, DE 1994**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos
do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 1994 (nº 301/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio e TV Tapajós Ltda., para explorar serviço de radiofusão de sons e imagens (televisão) na Cidade de Santarém, Estado do Pará, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Dirceu Carneiro, em substituição à Comissão de Educação.

10

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 10, DE 1994**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos
do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 1994 (nº 297/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Pe. Urbano Thiesen para executar serviço de radiofusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na Cidade de Novo Hamburgo, Estado do Rio Grande do Sul, tendo

Pareceres favoráveis, proferidos em Plenário, em substituição à Comissão de Educação.

1º Pronunciamento: Relator: Senador João França, favorável ao projeto;

2º Pronunciamento: Relator: Senador Meira Filho, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

11

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 11, DE 1994**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos
do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 1994 (nº 265/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à S.A. Rádio Verdes Mares, para explorar serviço de radiofusão sonora em frequência modulada na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Dirceu Carneiro, em substituição à Comissão de Educação.

12

**PROJETO DE DECRETO
LEGISLATIVO Nº 12, DE 1994**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos
do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 1994 (nº 319/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Cruzeiro do Sul, para executar serviço de radiofusão sonora em frequência modulada na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo, tendo

Pareceres favoráveis, proferidos em Plenário, Relator: Senador Meira Filho, em substituição à Comissão de Educação:

1º Pronunciamento: favorável ao projeto;

2º Pronunciamento: pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

13

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 18, DE 1994**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos
do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 1994 (nº 252/92, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Araguaia Ltda. para explorar serviço de radiofusão sonora em onda média na Cidade de Araguaína, Estado do Tocantins, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Carlos Patrocínio, em substituição à Comissão de Educação.

14

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 19, DE 1994**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos
do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 1994 (nº 254/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV Tocantins Ltda. para explorar serviço de radiofusão de sons e imagens (televisão) na Cidade de Anápolis, Estado de Goiás, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Carlos Patrocínio, em substituição à Comissão de Educação.

15

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 24, DE 1994**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos
do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 1994 (nº 328/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí para executar serviço de radiofusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Lucídio Portella, em substituição à Comissão de Educação.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 16, DE 1994

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, "b", do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 1994 (nº 2.248/91), na Casa de origem), que regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro, tendo

Pareceres

sob nº 132, de 1994, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável ao Projeto com Emendas nºs 1 e 2 CCJ, de redação, que apresenta:

– de Plenário, Relator: Senador Magno Bacelar, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pela rejeição das emendas nºs 3 a 26, de Plenário.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 239, DE 1993

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, "b", do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 239, de 1993 (nº 1.791/91, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantins e Atividades Afins e dá outras providências, tendo

Parecer nº 85, de 1994, da Comissão de Assuntos Econômicos, favorável com emenda nº 1, CAE, que apresenta.

(Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre as Emendas nºs 2 a 7, apresentadas perante a Mesa)

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 91, DE 1994

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, "b", do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 1994 (nº 3.343/92, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a redistribuir os cargos criados pela Lei nº 8.433, de 16 de junho de 1992. (Dependendo de Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

19

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 38, DE 1994

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, "b", do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 38, de 1994 (nº 420/94, na Câmara dos Deputados), que disciplina os atos praticados na vigência das Medidas Provisórias nºs 381, de 6 de dezembro de 1993, 408, de 6 de janeiro de 1994, 425, de 4 de fevereiro de 1994 e 446, de 9 de março de 1994. (Dependendo de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

20

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 43, DE 1994

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, "b", do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 43, de 1994 (nº 406/94, na Câmara dos Deputados), que

aprova o ato que outorga a permissão à Rádio Panorama de Catolé do Rocha Ltda., para explorar serviço de radiodifusão em frequência modulada na cidade de Catolé do Rocha, Estado da Paraíba. (Dependendo de parecer da Comissão de Educação)

21

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 44, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 1994 (nº 407/94, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, assinado pela República Federativa do Brasil, em Nova Iorque, em 31 de março de 1981, bem como revoga o Decreto Legislativo nº 93, de 1983. (Dependendo de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 242, DE 1993

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 242, de 1993 (nº 3.002/92, na Casa de origem), que dispõe sobre o exercício da profissão de Detetive e dá outras providências, tendo

Parecer favorável, sob nº 153, de 1994, da Comissão – de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 10 horas e 22 minutos).

ATO DO PRESIDENTE**ATO DO PRESIDENTE Nº 223, DE 1994**

O Presidente do Senado Federal, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 2º, alínea a, do Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, e tendo em vista o disposto no art. 36, parágrafo único, da Lei nº 8.112, de 1990, e o que consta do Processo nº 009025/94-4, resolve remover, *ex officio*, da sede do órgão em Brasília para ter lotação e exercício na Representação do Senado Federal no Rio de Janeiro, WANDERLEY ESPÍNDOLA PESOA, Matrícula 3892, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, Nível II, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Especialidade Processo Legislativo, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 7 de junho de 1994. – Senador Humberto Lucena, Presidente.

ATOS DO DIRETOR-GERAL**ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 63, DE 1994**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo com o que consta do Processo nº 009642/94-3 resolve exonerar ALADIM TADEU PEREIRA, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Gilberto Miranda, a partir de 1º de junho de 1994.

Senado Federal, 9 de junho de 1994. Manoel Vilela de Magalhães, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 64, DE 1994

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo com o que consta do Processo nº 010016/94-5 resolve exonerar, a pedido, JOSÉ LUIZ DE SANTANA CARVALHO, do cargo, em Comissão, de Assessor Técnico, do Quadro de

Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Líder do PMDB, Senador Mauro Benevides, a partir de 30 de maio de 1994.

Senado Federal 9 de junho de 1994. **Manoel Vilela de Magalhães**, Diretor-Geral.

**ATA DE REUNIÃO
ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA
DA COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL
E DA MESA DIRETORA
DA CÂMARA DOS DEPUTADOS,
REALIZADA EM 31 DE MAIO DE 1994**

Às dezesseis horas do dia trinta e um de maio de um mil novecentos e noventa e quatro, reúne-se a Comissão Diretora do Senado Federal, conjuntamente com a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, na sala de Reuniões da Presidência do Senado Federal, com a presença dos Excelentíssimos senhores Senadores: Humberto Lucena, Presidente; Chagas Rodrigues, Primeiro Vice-Presidente; Júlio Campos, Primeiro-Secretário; e dos Excelentíssimos Senhores Deputados: Inocêncio de Oliveira, Presidente; Adylson Motta, Primeiro Vice-Presidente; Fernando Lyra, Segundo Vice-Presidente, Wilson Campos, Primeiro Secretário, e Aécio Neves, Terceiro Secretário.

Deixam de comparecer, por motivos justificados, os Excelentíssimos Senhores Senadores: Levy Dias, Segundo Vice-Presidente; Nabor Júnior, Segundo Secretário, Júnia Marise, Terceira-Secretária, e Nelson Wedekin, Quarto-Secretário.

Da reunião participaram também os seguintes líderes ou representantes de bancadas partidárias: Pelo Senado Federal, os Excelentíssimos Senhores Senadores: Marco Maciel, (PFL), Mauro Benevides (PMDB), Mário Covas (PSDB), Pedro Simon (Governo), Irapuan Costa Júnior (PP) e Jonas Pinheiro (PTB). Pela Câmara dos Deputados, os Excelentíssimos Senhores Deputados: Luiz Eduardo Magalhães (PFL), Germano Rigoto (PMDB), Eduardo Jorge (PT), Sérgio Arouca (PPS), Wilson Müller (PDT), João Mendes e Gastone Righi (PTB) e Sérgio Miranda (PCdoB).

Ao abrir os trabalhos, o Presidente, Senador Humberto Lucena, explica que os presentes haviam sido convocados para a organização de votações do Congresso Nacional, em sincronia com as da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, tendo em vista a proximidade do recesso parlamentar de julho, além da campanha eleitoral, a partir do segundo semestre do ano. Sugere, então, a realização de esforço concentrado nas terças, quartas e quintas-feiras com sessões pela manhã, à tarde e à noite. Com isso seria possível a votação das Medidas Provisórias em tramitação, bem como do Orçamento da União e das Leis de Diretrizes Orçamentárias (1994 e 1995). O Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Inocêncio Oliveira, concorda com o calendário proposto e anuncia que a Câmara dos Deputados, isoladamente, realizaria as sessões para exame dos processos de perda de mandato, decorrentes da CPMI/Orçamento, e do Projeto de Lei Antitruste. Com a palavra, o Vice-Líder do PMDB na Câmara dos Deputados Deputado Germano Rigoto, pondera que o principal objetivo deveria ser a fixação de um calendário de votações, circunstâncias a seu ver mais importante que o exame do mérito das proposições sujeitas a votação. O Parlamentar endossa as observações do Presidente Humberto Lucena, quanto à necessidade de votação das Medidas Provisórias até 30 de junho, sem o que seriam reeditadas em julho, com a conseqüente convocação extraordinária do Congresso Nacional nesse mês. Intervieram também com colocações a respeito, os líderes do PSDB no Senado Federal, Mário Covas; do PFL na Câmara dos Deputados, Luiz Eduardo Magalhães; e do PT na Câmara dos Deputados, Eduardo Jorge. Aprovado o calendário proposto, o Presidente encerra a reunião às dezessete horas e vinte minutos, pelo que eu, Manoel Vilela de Magalhães, Diretor-Geral e Secretário da Comissão Diretora do Senado Federal, lavrei a presente Ata que é assinada pelo Presidente do Senado Federal, Senador Humberto Lucena.

Sala de Reuniões, 31 de maio de 1994. – Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

<p>MESA</p> <p>Presidente Humberto Lucena _ PMDB _ PB</p> <p>1º Vice-Presidente Chagas Rodrigues _ PSDB _ PI</p> <p>2º Vice-Presidente Levy Dias _ PTB _ MS</p> <p>1º Secretário Júlio Campos _ PFL _ MT</p> <p>2º Secretário Nabor Júnior _ PMDB _ AC</p> <p>3º Secretário Júnia Marise _ PRN _ MG</p> <p>4º Secretário Nelson Wedekin _ PDT _ SC</p> <p>Suplentes de Secretário Lavoisier Maia _ PDT _ RN Lucídio Portella _ PDS _ PI Beni Veras _ PSDB _ CE Carlos Patrocínio _ PFL _ TO</p> <p>LIDERANÇA DO GOVERNO Líder Pedro Simon</p>	<p>LIDERANÇA DO PMDB Líder Mauro Benevides</p> <p>Vice-Líderes Cid Sabóia de Carvalho Garibaldi Alves Filho José Fogaça Ronaldo Aragão Mansueto de Lavor</p> <p>LIDERANÇA DO PSDB Líder Mário Covas</p> <p>Vice-Líder Jutahy Magalhães</p> <p>LIDERANÇA DO PFL Líder Marco Maciel</p> <p>Vice-Líderes Odacir Soares</p> <p>LIDERANÇA DO PSB Líder José Paulo Bisol</p> <p>LIDERANÇA DO PTB Líder Jonas Pinheiro</p>	<p>Vice-Líder Valmir Campelo</p> <p>LIDERANÇA DO PDT Líder Magno Bacelar</p> <p>LIDERANÇA DO PRN Líder Ney Maranhão</p> <p>Vice-Líder Áureo Mello</p> <p>LIDERANÇA DO PP Líder Irapuan Costa Júnior</p> <p>LIDERANÇA DO PPR Líder Epitácio Cafeteira</p> <p>Vice-Líderes Affonso Camargo Esperidião Amim Moisés Abrão</p> <p>LIDERANÇA DO PT Líder Eduardo Suplicy</p>
--	--	---

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA _ CCJ

(23 Titulares e 23 Suplentes)

Presidente: Iram Saraiva

Vice-Presidente: Magno Bacelar

Titulares		Suplentes	
PMDB			
Amir Lando	RO-3111/12	César Dias	RR-3064/65
Cid S. de Carvalho	CE-3058/59	Mansueto de Lavor	PE-3183/84
José Fogaça	RS-3077/78	Garibaldi A. Filho	RN-4382/92
Iram Saraiva	GO-3134/35	Gilberto Miranda	AM-3104/05
Nelson Carneiro	RJ-3209/10	Marcio Lacerda	MT-3029/30
Antônio Mariz	PB-4345/46	Aluizio Bezerra	AC-3158/59
Pedro Simon	RS-3230/31	Divaldo Suruagy	AL-3185/86
Wilson Martins	MS-3114/15	Alfredo Campos	MG-3237/38
PFL			
Josaphat Marinho	BA-3173/74	Hydekel Freitas	RJ-3082/83
Francisco Rollemberg	SE-3032/33	Marco Maciel	PE-3197/98
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Henrique Almeida	SP-3191/92
Odacir Soares	RO-3218/19	Lourival Baptista	SE-3027/28
Elcio Alvares	ES-3131/32	João Rocha	TO-4071/72
PSDB			
Eva Blay	SP-3119/20	Almir Gabriel	PA-3145/46
Jutahy Magalhães	BA-3171/72	Teotônio Vilela Filho	AL-4093/94
Mário Covas	SP-3177/78	Vago	
PTB			
Luiz Alberto	PR-4059/60	Afonso Camargo	PR-3062/63
Carlos De'Carli	AM-3079/80	Lourenberg N. Rocha	MT-3035/36
PDT			
Magno Bacelar	MA-3073/74	Lavoisier Maia	RN-3239/40
PRN			
Aureo Mello	AM-3091/92	Ney Maranhão	PE-3101/02
PDC			
Epitácio Cafeteira	MA-4073/74	Gerson Camata	ES-3203/04
PDS			
Esperidião Amin	SC-4206/07	Jarbas Passarinho	PA-3022/24
PP			
Pedro Teixeira	DF-3127/28	João França	RR-3067/68

Secretária: Vera Lúcia Lacerda Nunes _ Ramais 3972 e 3987

Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas

Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa

Anexo das Comissões _ Ramal 4315

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS _ CAS

(29 Titulares e 29 Suplentes)

Presidente: Beni Veras

Vice-Presidente: Lourival Baptista

Titulares		Suplentes	
PMDB			
Amir Lando	RO-3111/12	Aluizio Bezerra	AC-3158/59
Antônio Mariz	PB-4345/46	João Calmon	ES-3154/55
César Dias	RR-3064/65	Onofre Quinan	GO-3148/49
Cid Sabóia de Carvalho	CE-3058/60	Pedro Simon	RS-3230/32
Divaldo Suruagy	AL-3180/85	José Fogaça	RS-3077/78
Juvêncio Dias	MA-3050/4393	Ronan Tito	MG-3038/39
Ronaldo Aragão	RR-4052/53	Nelson Carneiro	RJ-3209/10
Garibaldi A. Filho	RN-4382/92	Iram Saraiva	GO-3133/34

Márcio Lacerda	MT-3029	Vago	
Vago		Vago	
PFL			
Lourival Baptista	SE-3027/28	Dario Pereira	RN-3098/99
João Rocha	TO-4071/72	Alvaro Pacheco	PI-3085/87
Odacir Soares	RO-3218/19	Bello Parga	MA-3069/70
Marcio Maciel	PE-3197/99	Hydekel Freitas	RJ-3082/83
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Elcio Alvares	ES-3131/32
Francisco Rollemberg	SE-3032/33	Guilherme Palmeira	AL-3245/46
PSDB			
Almir Gabriel	PA-3145/46	Dirceu Carneiro	SC-3179/80
Beni Veras	CE-3242/43	Eva Blay	SP-3117/18
Jutahy Magalhães	BA-3171/72	Teotônio V. Filho	AL-4093/94
PTB			
Mariuce Pinto	RO-4062/63	Valmir Campelo	DF-3188/89
Afonso Camargo	PR-3062/63	Luiz Alberto Oliviera	PR-4059/60
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Carlos De'Carli	AM-3079/81
PDT			
Lavoisier Maia	RN-3240/41	Nelson Wedekin	SC-3151/53
PRN			
Saldaña Derzi	MS-4215/16	Ney Maranhão	PE-3101/02
Aureo Mello	AM-3091/92	Albano Franco	SE-4055/56
PDC			
Epitácio Cafeteira	MA-4073/74	Moisés Abrão	TO-3136/37
PDS			
Lucídio Portella	PI-3055/57	Jarbas Passarinho	PA-3022/23
PSB / PT			
Eduardo Suplicy	SP-3213/15	José Paulo Bisol	RS-3224/25
PP			
Pedro Teixeira	DF-3127/28	Meira Filho	DF-3221/22

Secretário: Luiz Cláudio/Vera Lúcia

Telefones: Secretaria: 3515/16/4354/3341

Sala de reuniões: 3652

Reuniões: Quartas-feiras, às 14 horas.

Sala nº 09 _ Ala Alexandre Costa

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS _ CAE

(27 Titulares e 27 Suplentes)

Presidente: João Rocha

Vice-Presidente: Gilberto Miranda

Titulares		Suplentes	
PMDB			
Ronan Tito	MG-3038/39/40	Mauro Benevides	CE-3194/95
Garibaldi A. Filho	RN-4382/92	José Fogaça	RS-3077/78
Ruy Bacelar	BA-3161/62	Flaviano Melo	AC-3493/94
Ronaldo Aragão	RR-4052/53	Cid S. de Carvalho	CE-3058/59
César Dias	RO-3064/65/66	Juvêncio Dias	PA-3050/4393
Mansueto de Lavor	PE-3182/83/84	Pedro Simon	RS-3230/32
Aluizio Bezerra	AC-3158/59	Divaldo Suruagy	AL-3185/86
Gilberto Miranda	AM-3104/05	João Calmon	ES-3154/56
Onofre Quinan	GO-3148/50	Wilson Martins	MS-3114/15
PFL			
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Odacir Soares	RO-3218/19
Raimundo Lira	PB-320/02	Bello Parga	MA-3069/70
Henrique Almeida	AP-3191/92/93	Alvaro Pacheco	PI-3085/87
Dario Pereira	RN-3098/99	Elcio Alvares	ES-3131/32
João Rocha	MA-4071/72	Josaphat Marinho	BA-3173/75

PSDB

Beni Veras José Richa Mário Covas	CE-3242/43/44 PR-3163/64 SP-3177/78	Almir Gabriel Dirceu Carneiro Vago	PA-3145/47 SC-3179/80
---	---	--	--------------------------

PTB

Afonso Camargo Valmir Campelo Jonas Pinheiro	PR-3062/63 DF-3188/89/4061 AP-3206/07	Lourenberg N. Rocha Luiz A. Oliveira Marluce Pinto	MT-3035/36 PR-4059/60 RO-4062/63
--	---	--	--

PDT

Magno Bacelar	MA-3074/75	Lavoisier Maia	RN-3239/40
---------------	------------	----------------	------------

PRN

Albano Franco Ney Maranhão	SE-4055/56 PE-3101/02	Saldanha Derzi Aureo Mello	MS-4215/18 AM-3091/92
-------------------------------	--------------------------	-------------------------------	--------------------------

PDC

Moisés Abrão	GO-3136/37/3522	Gerson Camata	ES-3203/04
--------------	-----------------	---------------	------------

PDS

Espeditão Amin	SC-4206/07	Jarbas Passarinho	PA-3022/24
----------------	------------	-------------------	------------

PP

Meira Filho	DF-3222/05	Irapuan C. Júnior	GO-3089/90
-------------	------------	-------------------	------------

PT/PSB

Eduardo Suplicy	3213/15/16	José Paulo Bisol	3224/25
-----------------	------------	------------------	---------

Secretário: Dirceu Vieira M. Filho
Ramais: 311-3515/3516/4354/3341
Reuniões: Terças-feiras, às 10 horas
Local: Sala das Comissões; Ala Senador Alexandre Costa _ Ramal 4344

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL _ CRE

(19 Titulares e 19 Suplentes)
Presidente: Alfredo Campos
Vice-Presidente: Hydekél Freitas

Titulares		Suplentes	
PMDB			
Ronan Tito	MG-3039/40	Mauro Benevides	CE-3052/53
Alfredo Campos	MG-3237/38	Flaviano Melo	AC-3493/94
Nelson Carneiro	RJ-3209/10	Garibaldi A. Filho	RN-4382/92
Divaldo Suruagy	AL-3185/86	Mansueto de Lavor	PE-3182/83
João Calmon	ES-3154/55	Gilberto Miranda	AM-3104/05
Ruy Bacelar	BA-3160/61	Cesar Dias	RR-3064/65

PFL

Guilherme Palmeira	AL-3245/46	Francisco Rollemberg	SE-3032/34
Hydekél Freitas	RS-3064/65	Josaphat Marinho	BA-3173/74
Lourival Baptista	SE-3027/28	Raimundo Lira	PB-3200/3201
Alvaro Pacheco	PI-3085/86	Marco Maciel	PE-3197/98

PSDB

Dirceu Carneiro	SC-3179/80	Jutahy Magalhães	BA-3171/72
José Richa	PR-3163/64	Eva Blay	SP-3119/20

PTB

Luiz A. Oliveira	PR-4058/59	Valmir Campelo	DF-3188/89
Marluce Pinto	RR-4062/63	Jonas Pinheiro	AP-3206/07

PDT

Darcy Ribeiro	RJ-4230/31	Magno Bacelar	MA-3074/75
---------------	------------	---------------	------------

PRN

Albano Franco	SE-4055/56	Saldanha Derzi	MS-3255/4215
---------------	------------	----------------	--------------

PDC

Gerson Camata	ES-3203/04	Epitácio Cafeteira	MA-4073/74
---------------	------------	--------------------	------------

PP

Irapuan Costa Júnior	3088/3089	Pedro Teixeira	3127/3128
----------------------	-----------	----------------	-----------

PDS

Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Lucídio Portella	PI-3055/56
-------------------	------------	------------------	------------

Secretário: Paulo Roberto Almeida Campos
Ramais: 3496 e 3497
Reuniões: Quintas-feiras, às 10 horas
Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa _ Anexo das Comissões _ Ramal 3546

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA _ CI

(23 Titulares e 23 Suplentes)
Presidente: Dário Pereira
Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

Titulares		Suplentes	
PMDB			
Flaviano Melo	AC-3493/94	Amir Lando	RO-3110/11
Mauro Benevides	CE-3194/95	Ruy Bacelar	BA-3161/62
Aluizio Bezerra	AC-3158/59	Ronaldo Aragão	RR-4052/53
Onofre Quinan	GO-3148/49	Ronan Tito	MG-3039/40
Gilberto Miranda	AM-3104/05	Juvêncio Dias	PA-3050/53
Alfredo Campos	MG-3237/38	Antonio Mariz	PB-4345/46
Marcio Lacerda	MT-3029/30	Wilson Martins	MS-4345/46
Vago		Vago	

PFL

Dário Pereira	RN/3098/99	Raimundo Lira	PB-3201/02
Henrique Almeida	AP-3191/92	João Rocha	TO-4071/72
Elcio Alvares	ES-3131/32	Carlos Patrocínio	TO-4068/69
Bello Parga	MA-3069/72	Guilherme Palmeira	AL-3245/46
Hydekél Freitas	RJ-3082/83	Vago	

PSDB

Dirceu Carneiro	SC-3179/80	Beni Veras	CE-3242/43
Teotônio V. Filho	AL-4093/94	Jutahy Magalhães	BA-3171/72
José Richa	PR-3163/64	Vago	

PTB

Lourenberg N. R.	MT-3035/36	Afonso Camargo	PR-3062/63
Marluce Pinto	RR-4062/63	Vago	

PDT

Lavoisier Maia	RN-3239/40	Magno Bacelar	BA-3074/75
----------------	------------	---------------	------------

PRN

Saldanha Derzi	MT-4215/18	Albano Franco	SE-4055/56
----------------	------------	---------------	------------

PDC

Gerson Camata	ES-3203/04	Moisés Abrão	TO-3136/37
---------------	------------	--------------	------------

PDS

Lucídio Portella	PI-3055/56	Espeditão Amin	SC-4206/07
------------------	------------	----------------	------------

PP

João França	RR-3067/68	Meira Filho	DF-3221/22
-------------	------------	-------------	------------

Secretário: Celson Parente _ Ramais 3515 e 3516
Reuniões: Terças-feiras, às 14 horas
Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa _ Anexo das Comissões _ Ramal 3286

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO _ CE

(27 Titulares e 27 Suplentes)
 Presidente: Valmir Campelo
 Vice-Presidente: Juvêncio Dias

Titulares

Suplentes

PMDB

João Calmon	ES-3154/55	Cid Sabóia de Carvalho	CE-3058/59
Flaviano Melo	AC-3493/94	Antônio Mariz	PB-4345/46
Mauro Benevides	CE-3052/53	Onofre Quinan	GO-3148/49
Wilson Martins	MS-3114/15	Marcio Lacerda	RJ-3029/30
Juvêncio Dias	PA-3050/4393	Ronaldo Aragão	RO-4052/53
Mansueto de Lavor	PE-3182/83	Amir Lando	RO-3110/11
José Fogaça	RS-3077/78	Ruy Bacelar	BA-3160/61
Pedro Simon	RS-3230/31	Alfredo Campos	MG-3237/38
Iram Saraiva	GO-3134/35	Nelson Carneiro	RJ-3209/10

PFL

Josaphat Marinho	BA-3173/74	Dario Pereira	RN-3098/99
Marco Maciel	PE-3197/98	Odacir Soares	RO-3218/19
Álvaro Pacheco	PI-3085/86	Francisco Rollemberg	SE-3032/33
Raimundo Lira	PB-3201/02	Carlos Patrocínio	TO-4058/68
Bello Parga	MA-3069/72	Henrique Almeida	AP-3191/92

PSDB

Almir Gabriel	PA-3145/46	Beni Veras	CE-3242/43
Eva Blay	SP-3119/20	Mário Covas	SP-3177/78
Teotônio V. Filho	AL-4093/94	José Richa	PR-3163/64

PTB

Valmir Campelo	DF-3188/89	Luiz A. Oliveira	PR-4058/59
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Marluce Pinto	RR-4062/63
Louremberg N. R.	MT-3035/36	Carlos De' Carli	AM-3079/80

PDT

Darcy Ribeiro	RJ-4229/30	Magno Bacelar	MA-3074/75
---------------	------------	---------------	------------

PRN

Aureo Mello	AM-3091/92	Albano Franco	SE-4055/56
Ney Maranhão	PE-3101/02	Saldanha Derzi	MS-4215/18

PDC

Moisés Abrão	TO-3136/37	Epitácio Cafeteira	MA-4073/74
--------------	------------	--------------------	------------

PDS

Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Esperidião Amin	SC-4206/07
-------------------	------------	-----------------	------------

PP

Meira Filho	DF-3221/22	João França	RR-3067/68
-------------	------------	-------------	------------

PT/PSB

Eduardo Suplicy	SP-3213/15	José Paulo Bisol	RS-3224/25
-----------------	------------	------------------	------------

Secretária: Mônica Aguiar Inocente

Ramais: 3496/3497

Reuniões: Quintas-feiras, às 14 horas

Local: Sala nº 15, Ala Senador Alexandre Costa _ Ramal 3121